



**POLITÉCNICO DE COIMBRA**  
**ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA**

Liliana Maria Oliveira Costa

# Circuitos Curtos Agroalimentares: contributo para o desenvolvimento do concelho de Águeda

Coorientador: Professor Doutor Mário Jorge Sacramento dos Santos  
Coorientador: Mestre Rosa Isabel Marques Mendes Guilherme

Coimbra, 2019



**POLITÉCNICO DE COIMBRA**  
**ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA**

Liliana Maria Oliveira Costa

# Circuitos Curtos Agroalimentares: contributo para o desenvolvimento do concelho de Águeda

Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Gestão de Empresas Agrícolas.

Coorientador: Professor Doutor Mário Jorge Sacramento dos Santos  
Coorientador: Mestre Rosa Isabel Marques Mendes Guilherme

Coimbra, 2019



## Agradecimentos

Para tudo, desejo primeiro saúde!

Grata a tudo o que a vida me proporcionou desde o primeiro momento. Grata ao somatório de todas as experiências que a minha família, os meus amigos e todos os que por mim passaram e que permitiram moldar todo o meu percurso académico e profissional. Tudo faz sentido pois tudo contribuiu, absolutamente tudo tal e qual como foi e é até agora. Por esse motivo, simplesmente AGRADEÇO!

Encontrei na Escola Superior Agrária de Coimbra uma oportunidade única que me permitiu abrir inúmeras janelas para novos desafios abraçar e conquistar. Hoje vislumbro um horizonte superior para todos os que me acompanharam e acompanharão, pois, a vida é feita de sonhos. Estes são um combustível primordial para que a cada dia ter um motivo pelo qual lutar e vencer!

Ao Professor Doutor Mário Jorge Sacramento dos Santos e Mestre Rosa Isabel Marques Mendes Guilherme, agradeço o apoio e confiança depositada no meu trabalho. Obrigada a todos os professores que ao longo deste caminho me proporcionaram o conhecimento necessário para chegar a bom porto. Não somente por me terem ensinado, mas por me terem feito aprender. A palavra mestre nunca fará justiça sem a sabedoria de saber aplicar todos os conhecimentos adquiridos nesta instituição e na escola da vida!

Agradeço de todo o meu coração, aos meus pais por serem meus eternos companheiros, guerreiros e exemplos de uma vida cheia de força, sorrisos e batalhas vencidas. Este trabalho é o melhor de mim. É vosso! Simplesmente vosso! À minha mãe, minha heroína. Ao meu pai, meu pilar. São perfeitos! Agradeço à minha irmã, minha consciência, ao meu irmão, meu melhor amigo e claro à minha estrela Avó Maria, pelo seu constante positivismo. Ao Daniel, por ser um companheiro sem igual e essencial em todas as horas. Como não podia faltar, às minhas fofas de 4 patas, Europinha, Emy e Maria que tanto me aturaram com os seus sorrisos incondicionais. Agradeço a todos sem exceção, aos meus tios, primos e queridos amigos, vocês sabem, agradeço de coração pela vossa contribuição valiosa. A vocês todos, só tenho a agradecer por me terem inculcido um dos maiores valores e trunfos com a qual nos devemos munir ao longo da nossa vida. A persistência e consistência que tanto precisamos na construção dos nossos objetivos pois o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.



## Resumo

Os Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) são um sistema de distribuição alternativo à comercialização agrícola convencional, caracterizada por vários intervenientes na cadeia de distribuição. A sua aplicação tem ganho reconhecimento a nível nacional, regional e internacional, pois podem aportar valor acrescentado, importante para o desenvolvimento dos territórios.

A presente dissertação estuda os CCA, explorando a sua potencial aplicação, contribuição e barreiras, num estudo de caso real, nomeadamente, o concelho de Águeda, que se caracteriza principalmente por minifúndios.

No intuito de atingir os objetivos acima descritos, esta investigação combinou métodos quantitativos e qualitativos de recolha de dados. Foram realizadas 6 entrevistas a participantes privilegiados do concelho, e foi também desenvolvido e aplicado um questionário a 22 produtores presentes nas feiras no concelho.

Como principais conclusões destaca-se a existência de atividade agrícola ao nível de propriedades fundiárias de pequena dimensão para o autossustento, denominadas de minifúndios. Estes são rentabilizados pelos proprietários do concelho, e mantêm-se por tradição familiar. Ainda, concluímos que os CCA, caracterizados por um a dois intermediários no máximo, ainda não existem no concelho de Águeda. Os sistemas de distribuição atuais são mais tradicionais, aplicados à luz do autossustento familiar. Os tipos de CCA mais utilizados são o circuito curto direto e o *face to face*, sendo que os principais meios de distribuição usados são seculares: as feiras, a venda na exploração e por encomenda.

Como trabalhos futuros, sugere-se a aposta e o desenvolvimento dos CCA como estratégia para o desenvolvimento rural, local e sustentável do concelho de Águeda.

**Palavras-chave:** Agricultura, Circuitos curtos agroalimentares; Desenvolvimento local; Desenvolvimento sustentável.

## **Abstract**

The Agrifood Short Circuits (ASC) are an alternative distribution system to conventional agricultural sells, characterized by several players in the distribution chain. The application of CCAs has gained recognition at national, regional and international levels, as they can bring added value and are very important for the development of territories.

This dissertation studies the ASC, exploring their potential application, contributions and barriers for implementation in a real case study, namely, the Municipality of Águeda, mainly characterized by smallholdings.

To achieve the objectives described above, this research has combined quantitative and qualitative data collection methods. Six interviews with privileged informants from the county have been undertaken, together with a questionnaire which was developed and applied to 22 producers, present in the county's fairs.

The main conclusion show that the main application of agricultural activities is undertaken at the level of small holdings. Smallholding are used to produce food for self-sustainment, which has been kept by family tradition. We conclude that ASC, characterized by a maximum of one to two intermediaries, do not yet exist in Águeda Municipality. Today's distribution systems are more traditional and applied considering families' self-support. The most commonly used types of ASC are the direct short circuit and face to face, and the distribution systems used are secular: fairs, sale, sale and on demand.

For future work, we suggest the investment and development of the ASC as a strategy for rural, local and sustainable development of the municipality of Águeda.

**Keywords:** Agriculture, Agrifood Short Circuits; Development, local development; Rural development; Sustainable development.

# INDICE

Resumo

Abstract

Lista de Figuras

Lista de Quadros

Lista de Tabelas

Lista de Anexos

Abreviaturas e Acrónimos

## **Introdução**

1

## **Capítulo 1| Enquadramento Teórico**

4

### 1.1 Circuito Curto Agroalimentar (CCA)

4

1.1.1 Definição, origem e Evolução dos Circuitos Curtos Agroalimentares

4

1.1.2 Tipologias de CCA

7

1.1.3 Exemplos de CCA desenvolvidos a nível mundial, europeu, nacional

9

1.1.3.1 Exemplos de CCA a nível mundial

10

1.1.3.2 Exemplos de CCA a nível europeu

11

1.1.3.3 Exemplos de CCA a nível nacional

12

1.1.4 Impacto dos Circuitos Curtos Agroalimentares nos territórios

14

1.1.4.1 Benefícios dos Circuitos Curtos Agroalimentares

14

1.1.4.2 Dificuldades/Limitações dos Circuitos Curtos Agroalimentares

17

1.2 Desenvolvimento local e rural

21

1.2.1 Evolução do conceito de desenvolvimento

21

1.2.2 Desenvolvimento Local

23

1.2.3 Desenvolvimento Rural

25

1.3 Caracterização do concelho de Águeda

29

## **Capítulo 2| Metodologias**

32

2.1 Método

32

2.2 Amostras e Procedimentos de selecção das amostras

32

2.2.1. Participantes privilegiados

32

2.2.2 Produtores

33

2.3 Instrumentos

34

2.3.1 Guião de entrevista aos participantes privilegiados do concelho de

35

Águeda

2.3.2 Questionário aos produtores sobre o impacto dos Circuitos Curtos

35

Agroalimentares

2.4 Procedimento da análise da informação

35

2.4.1 Análise de dados qualitativos	35
2.4.2 Análise de dados quantitativos	36
2.5 Cronograma da investigação	36
<b>Capítulo 3  Síntese e Discussão dos resultados</b>	<b>38</b>
3.1 Resultados	38
3.1.1 Resultados da análise qualitativa	38
3.1.2 Resultados da análise quantitativa	43
3.2 Discussão dos resultados	51
<b>Capítulo 4  Conclusão</b>	<b>58</b>
Referências Bibliográficas	62
Anexo	

## Lista de Figuras

Figura 1: Circuitos Curtos Agroalimentares com ou sem intermediários e respetivos canais de distribuição Adaptado de Chaffotte & Chiffolleau (2007).....	8
Figura 2: Localização do concelho de Águeda no mapa de Portugal continental .....	30
Figura 3: Freguesias do concelho de Águeda .....	30
Figura 4: Cronograma da investigação .....	37
Figura 5: Formação Profissional Setorial .....	45
Figura 6: Área total das explorações (ha) .....	46
Figura 7: Canais de venda dos produtos utilizados pelos produtores .....	47
Figura 8: Concelhos da Região Centro de Portugal .....	48

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Exemplos de CCA a nível mundial.....	10
Tabela 2: Exemplos de CCA a nível europeu .....	11
Tabela 3: Exemplos de CCA a nível nacional.....	12
Tabela 4: Mercados e feiras do concelho de Águeda.....	33
Tabela 5: Características sociodemográficas dos produtores participantes, por frequência (n) e percentagem (%) .....	44
Tabela 6: Dificuldades mencionadas pelos produtores por nível e frequência .....	50

## **Lista de Anexos**

Anexo 1: Consentimento Informado (Entrevista a participantes -chave).....	68
Anexo 2: Questionário aos produtores sobre o impacto dos Circuitos Curtos Agroalimentares .....	69
Anexo 3: Guião de entrevista aos participantes privilegiados do concelho de Águeda	73

## **Abreviaturas e Acrónimos**

AMAP - Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade

CCA- Circuitos Curtos Agroalimentares

DGAV - Direção Geral da Alimentação e Veterinária

DGCNF – Direção Geral da Conservação da Natureza e Florestas

DRAP – Direções Regionais de Agricultura e Pescas

et al. – e outros

etc. – et cetera

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

GAS - Gruppi di Acquisto Solidale

GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas

GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAMAOT - Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

n.d. – No date [Sem data]

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Política Agrícola Comum

RRN – Rede Rural Nacional

UE – União Europeia



### Introdução

Atualmente, uma das grandes preocupações mundiais prende-se com a insustentabilidade dos padrões de produção e consumo de produtos agrícolas mundiais. A agricultura e, conseqüentemente, a alimentação do ser humano, enfrenta uma série de problemas para os quais é necessário encontrar respostas e alternativas.

As estatísticas apontam para um crescente aumento populacional, que manter-se-á, pelo menos, até à segunda metade do século XXI (Eurostat, 2013; ONU, 2017). Expecta-se que, em 2050, a população mundial chegue aos 10 bilhões de habitantes, o que se traduz num aumento exponencial do consumo de produtos alimentares nas próximas décadas (Eustásquio & Alves, 2010). Por esta razão, existe uma grande preocupação de como alimentar a população mundial. A agricultura está em declínio, como demonstra a conjuntura agrícola das últimas décadas, e não se consegue repor os agricultores, que estão cada vez mais envelhecidos, como demonstram os dados do INE (2017). A média de idades do produtor não para de aumentar, sendo que em 2009 estava nos 63 anos e, em 2016, aumentou para 65 anos.

Ainda, o modelo de agricultura predominante é fortemente produtivista, o que conduz os produtores a investirem na especialização das explorações agrícolas (monocultura), numa tentativa de garantirem a sobrevivência do seu negócio. Os dados do INE (2017) mostram um aumento gradual do abandono da atividade agrícola, sobretudo das pequenas explorações, mas também uma redução do número de explorações de grande dimensão circunscrita, eventualmente relacionada com o fracionamento fundiário e empresarial. Por sua vez, assiste-se a um aumento das plantações de sementes transgênicas, dado o potencial de garantir a produção agrícola necessária no futuro, o que conduz à redução de culturas agrícolas com uso de sementes naturais e autóctones.

O domínio do mercado pela indústria agroalimentar, que controla todas as fases da cadeia de valor vinculando (desde a produção, a transformação e a distribuição dos alimentos), resulta em grandes desigualdades entre produtores, mas principalmente entre aqueles cuja agricultura é considerada familiar ou de pequena dimensão (INE, 2017).

O crescente aumento das dificuldades dos agricultores e da destruição e abandono do património natural local, bem como os problemas de ordem social, económico e ambiental do concelho têm sido uma constante. Durante a minha formação académica tomei conhecimento sobre os Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA), tema que despertou imediatamente o meu interesse, porque considero que os

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

CCA podem ser uma forma de reorganizar e valorizar os sistemas agroalimentares, com impactos positivos para o meu concelho. Por outro lado, os objetivos do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2014-2020), nomeadamente o crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura, a promoção de uma gestão eficiente, a proteção dos recursos e a criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural, dão espaço a iniciativas inovadoras que respondem aos novos valores de produtores e consumidores, que se têm evidenciado nos últimos anos, tais como a preocupação pela saúde, ambiente, bem-estar ambiental, desenvolvimento local e sustentável, entre outros.

Neste sentido, a presente dissertação tem os seguintes objetivos:

1. Compreender o que são os CCA e de que forma podem contribuir para o desenvolvimento local, rural e sustentável.

Para este objetivo foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Definir o conceito de CCA.
  - Identificar as diferentes tipologias de CCA.
  - Caracterizar os diferentes tipos de CCA.
2. Quantificar qual o contributo dos CCA no desenvolvimento do concelho de Águeda.

Para atingir este objetivo foram criados os seguintes objetivos específicos.

- Identificar os CCA existentes no concelho de Águeda.
- Compreender quais os incentivos à agricultura local e aos CCA.
- Identificar os benefícios dos CCA para os produtores e consumidores.
- Identificar as dificuldades dos produtores no desenvolvimento de CCA.

Tendo em conta os objetivos atrás especificados, a presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos:

**Capítulo 1** – Fundamentação teórica, que constitui uma revisão da literatura que pretende responder aos objetivos específicos do objetivo 1.

**Capítulo 2** – Metodologia de investigação, que corresponde à caracterização da investigação que pretende responder ao objetivo 2 da presente dissertação, bem como a apresentação dos princípios éticos tidos em conta durante toda a investigação.

**Capítulo 3** – Apresentação e discussão dos resultados, na qual se apresentam

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

os resultados da investigação e a discussão dos mesmos.

E finalmente, a título de **conclusão**, apresenta-se uma reflexão geral sobre em que medida os objetivos delineados para a presente dissertação foram atingidos, bem como a avaliação de todo o trabalho empírico desenvolvido, do ponto de vista de pontos fortes e fragilidades, e termina-se com as implicações e sugestões para futuras investigações.

O presente trabalho foi elaborado tendo por base as normas da *American Psychological Association* – APA (6ª edição) e redigido em conformidade com o novo Acordo Ortográfico.

### Capítulo 1| Enquadramento Teórico

No presente capítulo procede-se a uma revisão da literatura sobre os circuitos curtos agroalimentares (CCA). Começa-se por conceptualizar este conceito, caracterizar as diferentes tipologias existentes (fornecendo exemplos concretos de CCA desenvolvidos a nível mundial, europeu e nacional), mencionar os seus benefícios e finalizando com a sua contextualização nos discursos atuais de desenvolvimento.

#### 1.1 Circuito Curto Agroalimentar (CCA)

##### 1.1.1 Definição, origem e Evolução dos Circuitos Curtos Agroalimentares

O conceito de CCA não tem uma definição universal e oficial. Contudo, da revisão da literatura, compreende-se que os CCA se caracterizam por serem circuitos de abastecimento que não envolvem mais do que um intermediário entre produtor e o consumidor. Assim, um CCA pode ser definido como “um método de comercialização de produtos agrícolas que é exercido quer pela venda direta do produtor ao consumidor, quer pela venda indireta, desde que haja apenas um intermediário” (Corade & Blanc, 2015). Saliencia-se que o intermediário pode ser uma cooperativa agrícola que comercializa diretamente ao consumidor ou uma feira que se abastece diretamente ao produtor (Aubry & Chiffolleau, 2009), reduzindo a distância geográfica e/ ou simplificando a relação entre produtores e consumidores (Tibério *et al*, 2013).

Da definição adotada compreende-se que o CCA não é um conceito novo, visto que as primeiras relações comerciais do homem se processavam desta forma. Na realidade, segundo Aubry & Chiffolleau (2009), os CCA sempre estiveram presentes na nossa sociedade desde a antiguidade. Segundo estes autores, com o avançar do tempo, estes passaram a estar localizados na periferia das cidades, com um duplo objetivo: o abastecimento de alimentos (sobrevivência) e o controlo do desenvolvimento das cidades, de forma a evitar a expansão urbana. De acordo com os mesmos autores, o “*ceinture verte*” [cintura verde] cercava a aglomeração de uma área não construída, mantendo um espaço onde agricultura, floresta e recreação ao ar livre seriam capazes de se desenvolver e, deste modo, os alimentos disponibilizados eram frescos e destinados para venda direta no mercado.

Perto do século XX, a agricultura de proximidade perdeu protagonismo devido ao desenvolvimento dos transportes ferroviários e à possibilidade de refrigeração dos

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

alimentos. Passou-se, então, à internacionalização correlativa de alimentos e ao desenvolvimento de estruturas de abastecimento industrial. Nesta sequência, desenvolveu-se um novo paradigma de sistema agroalimentar globalizado, caracterizado pelo progressivo distanciamento dos produtores e consumidores, mesmo estando eles próximos geograficamente (Aubry & Chiffolleau, 2009). Apesar desta evolução, alguns atores da cadeia de valor de circuito curto persistiram e este conceito não desapareceu, mantendo, ainda hoje, vivas as práticas ancestrais, tais como mercados feirantes e as vendas diretas.

Não obstante, pode-se afirmar que o interesse e vontade de retornar aos CCA têm vindo a tomar forma após a segunda guerra mundial. Vários autores apontam que este ressurgimento começou na década de 1960, no Japão (Aubry & Chiffolleau, 2009; Teixeira, 2014), com uma situação de contaminação industrial que poluiu a água do mar com mercúrio proveniente de uma fábrica eletroquímica, destabilizando as boas práticas agrícolas existentes. Aubry & Chiffolleau (2009) destacam que um grupo de mulheres japonesas reagiram e começaram a encontrar formas de favorecer a produção e o consumo local de produtos da época. Ou seja, na procura de um sistema alternativo, retornaram a um modelo próximo dos CCA dos seus antepassados, dito por outras palavras, a uma agricultura de proximidade que cria “laços” de confiança e apoio entre consumidores e produtores.

De acordo com Teixeira (2014), a expansão dos CCA no mundo ocidental deve-se aos resultados das políticas específicas e próprias de cada país para incentivar a agricultura, após a segunda guerra mundial. Duas das consequências mais importantes destas políticas foram a superprodução de alimentos (na década de 1970), que desencadeou a preocupação pela segurança alimentar e excedente<sup>1</sup> e os problemas ambientais. Estes problemas deram origem a movimentos que impulsionaram os CCA, por todo o mundo, na década de 1980. Nesta década, este modelo expandiu-se, notavelmente, no ocidente, com a venda de cabazes entre produtores e consumidores, sobretudo nos países do sul da Europa, incluído Portugal, mas também noutras zonas do mundo, tal como na América Latina (Teixeira, 2014).

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 1996) destacou o direito que todos os indivíduos têm a uma alimentação de qualidade, o que impulsionou os CCA. Contudo, a opção por esta via não passava de uma escolha do produtor e do consumidor (Teixeira, 2014).

O domínio do interesse comercial de uma produção de monocultura maciça é uma das razões pelas quais, ainda hoje, se continua a falar em *movimentos* no que diz

---

<sup>1</sup> Verificou-se que os países que estavam munidos de reservas de alimentos suficientes para a sua população, não conseguiam distribuir esses alimentos e as situações de fome persistiam.

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

respeito aos CCA, e tal tem consequências negativas que colocam em causa a sustentabilidade dos recursos e da conservação do ambiente. Todavia, devido ao aperto económico, social e ambiental que tem surgido nas diversas atividades, no século XXI, verifica-se novamente um movimento de procura por produtos alimentares de qualidade, passando os CCA a serem considerados como uma prioridade política a desenvolver (Ferrari, 2011). Como consequência desta abordagem, têm sido criadas e discutidas políticas públicas fortemente direcionadas para o enquadramento dos seus produtores e consumidores, assim como para as diferentes formas de organização (Ruivo & Carvalho, 2017).

De facto, na década atual, têm-se dado passos mais concretos a respeito dos CCA, como por exemplo, 2014 foi o Ano Internacional da Agricultura e teve como foco principal a importância da agricultura e o seu futuro. Durante todo o ano foram discutidas as lacunas das práticas ancestrais de CCA e formas de as melhorar, procurando-se novas soluções para inovar os CCA. Ainda, estabeleceram-se parcerias, realizaram-se intervenções, ações coletivas, produção e difusão de conhecimento, experiências e inovação, traduzidas em estratégias e metodologias que geram ferramentas aplicáveis em diversos contextos territoriais. O PDR 2020 trouxe apoios, desafios e ações específicas para a implementação dos CCA de comercialização, assim como as orientações da Comissão Europeia para incentivar as iniciativas. Assim, o próximo período do programa (2021-2027) apresenta-se como uma fase profícua em projetos e experiências que tendem a permitir mudanças a uma escala maior. Atualmente, foi lançado um desafio a toda a sociedade, produtores e consumidores, técnicos e decisores empenhados, em prosseguir com o trabalho realizado até á data, em consequência de um território mais competitivo, inovador e solidário. Espera-se, assim, que o próximo período de programação seja mais proficiente, resulte no desenvolvimento de territórios mais competitivos, inovadores e solidários, e que impulse uma mudança a uma escala mais ampla.

Para concluir, o interesse de planeamento de integração da agricultura local, em particular dos CCA, está a aumentar em todo o mundo. Exemplificativamente, na França, os CCA representam cerca de 20% do mercado (Ruivo & Carvalho, 2017). Contudo, a funcionalidade dos CCA varia de país para país, assim como de região para região

No próximo ponto aprofundamos as diferentes tipologias dos CCA e apresentamos exemplos de projetos e programas desenvolvidos a nível mundial, europeu e nacional.

### 1.1.2 Tipologias de CCA

As tipologias de CCA, encontradas na literatura, baseiam-se nos sistemas de distribuição do produto, mais concretamente, nos circuitos de distribuição. Estes definem-se como o caminho seguido por um bem ou um serviço, desde a fase de produção até à fase do consumo, sendo que podem existir vários tipos de intervenientes presentes no circuito (Lendrevie *et al*, 2006). De acordo com Gonçalves (2013), este modo de organizar o sistema de distribuição é a abordagem que permite esclarecer melhor o conceito CCA.

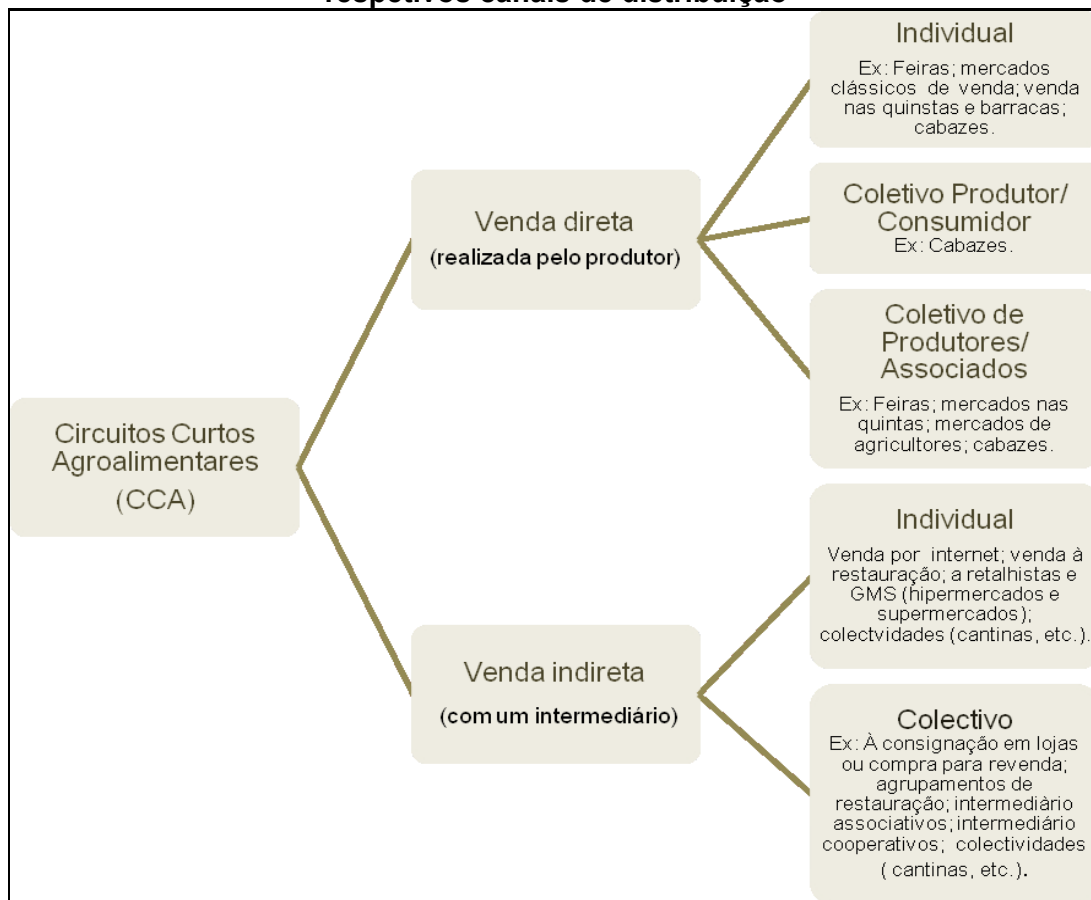
Os três principais tipos de circuitos, são (1) o circuito direto, que é realizado entre o produtor e o cliente sem intermediário, (2) o circuito curto, que tem um único intermediário entre o produtor e o cliente, que na generalidade é um retalhista e, finalmente, (3) o circuito longo, que tem a presença de pelo menos dois intermediários, geralmente um grossista e um retalhista.

No sector agroalimentar, os circuitos curtos, tal como referimos na definição adotada neste trabalho, conjugam os circuitos de venda direta e os circuitos com mais de um intermediário (venda indireta). A título de exemplo, adaptamos o esquema de Chaffotte & Chiffolleau (2007) (Figura 1), que distingue os CCA com ou sem intermediários e apresenta os canais de distribuição referentes a cada uma destas tipologias.

Na Figura 1 é possível verificar que existe uma pluralidade de formas de venda dos CCA, como também existe a possibilidade de coabitação de iniciativas individuais e coletivas. Importa aqui referir que, no presente trabalho, optámos pela definição de CCA pelo critério de intermediários, mas existem uma pluralidade de significados de CCA, como por exemplo, o critério de distância, que resulta no conceito de circuitos curtos de proximidade.

Deste modo, para dar conta da diversidade de tipologias, mesmo quando se utiliza o mesmo critério, apresenta-se outra tipologia comumente utilizada (Ferrari, 2011) que se refere às três principais cadeias ou CCA: as cadeias *face to face*, as cadeias de proximidade espacial e as cadeias espacialmente estendidas. Este último tipo - mais recente - não se integra na nossa definição, visto que considera a existência de pelo menos dois intermediários na venda indireta entre o produtor e consumidor.

**Figura 1: Circuitos Curtos Agroalimentares com ou sem intermediários e respectivos canais de distribuição**



Adaptado de Chaffotte & Chiffolleau (2007)

Ferrari (2011) descreve a tipologia *face to face* da seguinte forma:

Nas cadeias *face to face*, não existe intermediário entre o produto e o consumidor final. Os canais de distribuição são de venda direta, como por exemplo, na quinta, no domicílio do consumidor, por venda ambulante, em mercados e feiras, no restaurante ou loja comercial do produtor, entre outras. Esta abordagem é a estratégia para usada pela “maior parte dos produtores” (Ferrari, 2011).

No que toca às cadeias de proximidade, existe a presença de um único intermediário entre o produtor e o cliente final. Segundo o autor, este é o tipo de circuito que apresenta maiores benefícios para o Estado, tendo em conta a relação existente entre os produtos locais e agroindústrias, que estão associados a atributos do local, do território, do saber fazer tradicional e da produção artesanal. Este tipo de circuito utiliza vários canais de distribuição, como por exemplo, grossistas locais, restaurantes, vendas institucionais, rotas temáticas, eventos na comunidade, feiras e mercados regionais.

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

Por fim, nas cadeias espacialmente estendidas, existe a presença de pelo menos dois intermediários entre o produtor e o cliente, uma vez que os consumidores se encontram fora da região produtora, pelo que, frequentemente, se incorporam estruturas de retalho convencionais, como hipermercados e supermercados. Todavia, os consumidores têm a informação sobre o lugar e natureza do alimento produzido, que pode ser mais ou menos formalizado e regulado. Naqueles que são menos formalizados, os produtores usam a imagem regional que cria potencialmente um sentimento de conexão entre o consumidor e lugares específicos de produção. Estes circuitos são mais recentes, e envolvem *fair trade*, processos de certificação e indicação geográfica. A este propósito, a criação deste tipo de circuitos exige a existência de agentes dinâmicos, criativos e competentes, com uma boa capacidade de comunicação entre todos os *stakeholders* do território e disponibilidade de tempo. Ferrari (2011), refere que o sucesso deste circuito depende da construção diária de relações de confiança com a comunidade, consumidores e outros atores. A propósito destes circuitos, Tibério (2013) afirma que as relações democráticas e colaborativas devem ser alimentadas com liderança e sentido forte de direção e estabilidade.

Em todo o caso, consideramos que qualquer CCA reflete um compromisso forte e exigente por parte dos seus elementos constituintes.

### **1.1.3 Exemplos de CCA desenvolvidos a nível mundial, europeu e nacional**

Neste ponto, apresentamos a título de exemplo, alguns tipos de CCA a nível mundial (Tabela 1), europeu (Tabela 2) e nacional (Tabela 3). A tipologia usada na sua caracterização é a de Chaffotte & Chiffolleau (2007). Nos últimos anos desenvolveram-se diversas iniciativas de estímulo aos CCA, pois a questão da alimentação começa a estar cada vez mais no foco da comunicação e redes sociais, sendo que a ênfase se faz ouvir de acordo com a relação existente entre alimentação e saúde. Por este motivo, os CCA têm vindo a ganhar espaço e relevância, tanto a nível académico, como a nível político.

## 1.1.3.1 Exemplos de CCA a nível mundial

Na Tabela 1 pode-se verificar alguns exemplos de CCA a nível mundial em países como Estados Unidos da América, Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Califórnia e Japão.

Tabela 1: Exemplos de CCA a nível mundial

DESIGNAÇÃO	PAÍS	TIPOLOGIA	BREVE DESCRIÇÃO
<b>VENDA DIRETA</b>			
<i>Farmers Markets</i>	Estado Unidos da América	Coletiva	Mercado de agricultores destinado a vender alimentos diretamente pelos agricultores aos consumidores.
<b>VENDA INDIRETA</b>			
<i>Community Supported Agriculture</i>	Estado Unidos da América	Coletiva	Modelo de agricultura apoiado pela comunidade (modelo CSA) <sup>2</sup> . Sistema que conecta o produtor e os consumidores dentro do sistema alimentar de proximidade, permitindo que o consumidor se comprometa com a compra de uma colheita de uma determinada exploração ou grupo de explorações.
Múltiplas experiências	Brasil	Coletiva	Diversidade de experiências de vendas de alimentos ecológicos em circuitos curtos. A tendência da maioria dos produtores de base ecológica com sucesso advém da comercialização que tem utilizado dois a três canais de venda: feiras do produtor, entrega de cabazes ao domicílio.
Sistemas Alimentares Agrícolas	Austrália, Nova Zelândia e Califórnia	Coletiva	Cooperativa de consumidores e produtores que comercializam produtos da agricultura biológica. Utilizam sistemas de vendas do tipo CSA.
TEIK	Japão	Coletiva	Cooperativa de consumidores e produtores, criado em 1965 e com elevado número de aderentes (cerca de ¼ da população japonesa). Existe uma forte componente de laços solidários entre produtores e consumidores. Os consumidores podem substituir temporariamente produtores doentes.

<sup>2</sup> Para Cristóvão & Tibério (2009), os *Community Supported Agriculture* (CSA) podem assumir diferentes modalidades e têm por base formas de ligação direta entre agricultores e consumidores que, além das preocupações com a proveniência e natureza dos alimentos, manifestam também um envolvimento comunitário e cívico em defesa da agricultura local, familiar e de pequena dimensão. Podemos dar o exemplo do projeto Fruta Feia.

### 1.1.3.2 Exemplos de CCA a nível europeu

Na Tabela 2 pode-se verificar alguns exemplos de CCA a nível Europeu em países como Bélgica, Espanha, Finlândia, França entre outros.

**Tabela 2: Exemplos de CCA a nível europeu**

DESIGNAÇÃO	PAÍS	TIPOLOGIA	BREVE DESCRIÇÃO
<b>VENDA DIRETA</b>			
Ruokapiiri	Finlândia	Colectiva	Círculos de alimentos reunindo consumidores e produtores locais.
Roslagslâdan	Suécia	Colectiva	Rede de agricultores Roslagen entrega cestas orgânicas em casa.
<b>VENDA INDIRETA</b>			
Natur und Leben Bregenzenwald	Áustria	Colectiva	Rede de ligação entre agricultura, restauração e turismo.
Gasap	Bélgica	Colectiva	Grupo existe uma equipa de voluntários responsáveis pela comunicação, criação e ajuda a novos núcleos e ligação ao produtor. A produção é paga com um mês a um ano de antecedência, conforme as disponibilidades financeiras das famílias
Ecoconsum	Espanha	Colectiva	Coordenadora Catalã de cerca de 20 organizações de consumidores de produtos biológicos. As associações, cooperativas ou grupos informais são autogeridos rotativamente pelos consumidores.
Club Maakaup	Estónia	Colectiva	Rede de distribuição informal de produtos agrícolas em pontos de entrega em Tallinn.
Ruokapiiri	Finlândia	Colectiva	Círculos de alimentos reunindo consumidores e produtores locais.
AMAP	França	Colectiva	Cada AMAP integra uma rede regional e inter-regional de AMAP que realiza a compra antecipada da produção a 6 e a 12 meses é características-chave deste modelo: planificação da produção, partilha de riscos e tarefas e parceria entre produtores e consumidores. Cada AMAP tem um comité voluntário e rotativo de 5 elementos
GAS	Itália	Colectiva	Grupo informal de consumidores e autogerido. Cada GAS é autónomo, mas pertence à rede de GAS nacional. Os consumidores escolhem os seus fornecedores segundo os princípios que cada grupo define. A dinamização de cada núcleo GAS é realizada por voluntários.

### 1.1.3.3 Exemplos de CCA a nível nacional

Na Tabela 3, pode-se verificar alguns exemplos de CCA a nível nacional, tais como o Mercado de Hortelões e Quintaneiros de Évora, Feira da Castanha Marvão, Da Nossa Terra, entre outros.

**Tabela 3: Exemplos de CCA a nível nacional**

DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	BREVE DESCRIÇÃO
<b>VENDA DIRETA</b>		
Quintais nas Praças do Pinhal	Colectiva	Da iniciativa do Grupo de Ação Local PINHAL MAIOR- Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, em parceria com as autarquias de Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei, os mercados de produtores, organizados rotativamente no segundo domingo de cada mês, recriam o ambiente dos mercados tradicionais.
Mercados Tradicionais de Produtores de Palmela e Pinhal Novo	Colectiva	Promovidos pela Câmara Municipal são mercados de ar livre, que funcionam aos sábados de manhã junto dos respetivos mercados municipais. No de Palmela, oito produtores oferecem aos consumidores locais produtos hortícolas e frutas de época. No de Pinhal Novo, trinta e seis produtores locais oferecem aos consumidores de origem local e regional os produtos hortofrutícolas de época, ovos, mel e vinho.
Mercado de Hortelões e Quintaneiros de Évora	Colectiva	Com origem no antigo Mercado da Reforma Agrária, este Mercado foi criado, nos moldes atuais, em 2006, por iniciativa da Câmara Municipal, funciona uma vez por semana. É regido por um regulamento camarário que reserva o direito de acesso ao Mercado aos produtores munidos do cartão de produtor, que comprovadamente sejam pequenos produtores do concelho, que vendam exclusivamente os produtos resultantes da sua produção e cumpram as condições legais e higiossanitárias exigidas para o exercício da atividade.
Feiras como do Fumeiro de Vinhais; Feira da Castanha Marvão; Feira do Mel; Feira do Alvarinho e do Fumeiro de Monção	Coletivas	Na sua maioria, estes eventos são organizados pelas câmaras municipais, em articulação com juntas de freguesia, associações de produtores ou outras, e realizam-se de forma regular numa determinada época do ano ou em datas fixas, geralmente coincidentes com períodos do fim do ciclo de produção.
Cabaz de Carne Marinhoa	Colectivas	Venda direta de um conjunto diversificado de produtos agroalimentares, locais e sazonais, com entrega regular, num local previamente combinado entre o produtor e o consumidor (domicílio do consumidor, sede de empresa, exploração agrícola, cooperativas, lojas e outros locais).
Da Nossa Terra	Coletiva	Venda de produtos agrícolas e agroalimentares a refeitórios que confeccionam refeição para servir em locais predefinidos, a públicos específicos e a preços reduzidos: cantinas escolares (públicas ou privadas), de lares e centros de dia, de empresas e serviços públicos, e outros.

**Tabela 3 - Continuação**

Lojas COPA de Frubaça	Coletiva	Estratégia de valorização dos produtores ganhando a confiança e o reconhecimento dos consumidores. Cooperativa de hortofruticultores do concelho de Alcobaça, criada em 1992, contando atualmente com 25 associados. O seu objetivo principal é o de valorizar a produção de maçã, pera e pêsego dos seus associados, através de uma estratégia que passa pela qualidade e inovação dos produtos, pela adoção, por parte dos associados, de práticas culturais que assegurem a proteção do consumidor e do ambiente e pela criação de relações de proximidade com o consumidor.
Mercado Agícola On-line da Madeira	Individual	Plataforma inovadora para valorizar os produtos agrícolas da região. O acesso é gratuito. Os consumidores dispõem de informações relativas às produções hortofrutícolas ou outras que em cada momento cada produtor tenha para venda, incluindo dados sobre variedades, quantidades, os preços e locais de entrega.
Quinta da Fomalha	Individual	Loja Aberta dentro da exploração. Foi há mais de 30 anos que os iniciadores deste projeto decidiram investir nas propriedades agrícolas da família, nesta zona do concelho de Castro Marim, junto à Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, e a 3 km das praias de mar.
<b>VENDA INDIRECTA</b>		
Recíproco	Colectiva	Sistema de parceria solidária local entre consumidores urbanos e um grupo de agricultores de uma comunidade rural que enfrenta isolamento e pobreza. Visa estabelecer relações de cidadania entre produtores e consumidores. O seu modo de funcionamento integra a agricultura nas estratégias de desenvolvimento local por forma a valorizar a agricultura de proximidade e criando parcerias entre produtores e consumidores.
AMAP	Colectiva	Associação constituída pela formação de um grupo de consumidores que ativa e diretamente apoia um ou mais agricultores/produtores assegurando o escoamento da produção de uma época.
PROVE	Colectiva	Este grupo conta com a participação de 16 Grupos de Ação Local, tendo o apoio da Federação Minha Terra, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local. Este grupo autogerido pelos produtores e criado a partir da iniciativa de uma Associação de Desenvolvimento Local (ADL)
CoopRaizes	Colectiva	Cooperativa de produtores organizados para distribuir semanalmente cabazes num conjunto regular de consumidores
Mercados Agrobio	Colectiva	Os mercados de produtores, um conceito de circuito curto desenvolvido pela AGROBIO, multiplicam-se um pouco por todo o país. Jardins de várias cidades são, semanalmente, o palco para um mercado de trocas em que todos ganham.
Cabazes da Horta	Colectiva	Grupo autónomo própria que voluntariamente se envolvem parcialmente no processo de distribuição.

O reflexo desta realidade são o número crescente dos CCA desenvolvidos a nível mundial, europeu e nacional, dos quais neste ponto apresentamos alguns exemplos.

### 1.1.4 Impacto dos Circuitos Curtos Agroalimentares nos territórios

Atualmente, verifica-se um movimento de retorno à procura por produtos alimentares de qualidade que exige um novo paradigma para a produção, comercialização e consumo alimentar, que precisa ser sustentado por políticas prioritárias (Ferrari, 2011). Embora, e como vimos, já se tenham dado grandes passos nesse sentido, o mercado continua a ser controlado pela política agroalimentar sendo, por isso, fundamental compreender qual o impacto dos CCA nos territórios, e quais as limitações atuais que atrasam e “prejudicam” o desenvolvimento dos mesmos.

#### 1.1.4.1 Benefícios dos Circuitos Curtos Agroalimentares

Na literatura encontram-se tipologias diferentes relativamente aos benefícios dos CCA, sendo a mais comum a tipologia que divide os benefícios nas dimensões económica, social, ambiental e cultural (Teixeira, 2014; MAMAOT, 2013; Tibério *et al.*, 2013; Cristóvão & Tibério, 2009; Ferrari, 2011). Contudo, existem outras tipologias também utilizadas, como por exemplo, a tipologia de benefícios para os consumidores e produtores (Rede Rural Nacional, 2013; Comité das Regiões, 2011). Neste ponto apresentamos, então, a síntese dos benefícios referidos na literatura citada e de acordo com as tipologias mencionadas.

##### *Benefícios Sociais*

- A *coesão social* resulta da equidade e incremento da confiança no relacionamento entre produtor e consumidor. Esta relação promove o potencial de diversificação e de valorização das produções locais e potencia a redução da incerteza, que resulta da variação dos volumes de produção e de venda, e influencia, em última instância, a inserção social.
- Os CCA contribuem, igualmente, para a *coesão territorial*, já que a ausência de oportunidades e baixos salários no espaço rural conduzem parte da população a emigrar e migrar e, conseqüentemente, verifica-se o despovoamento destes territórios. Por outro lado, os CCA valorizam o espaço público e promovem a sua utilização.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

- O *capital social* é outro dos benefícios sociais dos CCA, já que as relações entre produtores e consumidores permitem fortalecer os laços de comunidade.
- Outro benefício social é a promoção da *alimentação saudável*. Os CCA dão oportunidade às pessoas de consumir produtos frescos, de qualidade e com rastreabilidade, possibilitando uma alimentação com elevado valor nutricional, constituindo-se, assim, como um contributo para a adoção de dietas mais saudáveis.
- Ainda, promove a *segurança alimentar*, não só porque os trajetos são curtos, como também porque possibilitam a rastreabilidade do produto. A este respeito, o Comité das Regiões ressalva que “a segurança alimentar global é apoiada pela manutenção das capacidades locais de produção alimentar nos países industrializados” (Comité das Regiões, 2011).

### *Benefícios culturais*

- Os CCA promovem a *conservação de tradições*, através da valorização dos sistemas de produção animal e vegetal tradicionais e da preservação dos mesmos.
- Ainda, possibilitam a plantação de uma diversidade de produtos, entre os quais produtos autóctones, contribuindo para a *preservação dos produtos e das especialidades locais*.
- Finalmente, *reforçam a identidade cultural* dos territórios.

### *Benefícios Económicos*

- Os CCA proporcionam *valor acrescentado* às produções locais, alargando a gama dos produtos oferecidos, e reduzindo o capital inicial a investir, pois não têm subjacente a necessidade de comprar máquinas e tecnologia agrícola, nem o uso de agroquímicos, normalmente inerente à produção de massa.
- Cria condições para o surgimento de *novas iniciativas e de redes para o desenvolvimento local*.

### *Benefícios Ambientais*

- Os CCA produzem *menores níveis de poluição* resultante da atividade. Isto porque praticam uma agricultura menos intensiva, usam menos agroquímicos e conservam os produtos naturais, nomeadamente o recurso da terra. Por outro lado, o transporte de alimentos percorre uma menor distância, necessitando de menos refrigeração, reduzindo a utilização de combustíveis fósseis e a emissão de gases de efeito de estufa. Ainda, *reduz a produção de resíduos*, pela menor quantidade de perdas e menor volume de embalagens.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

- Com a promoção da conservação de variedades locais, mais adaptadas ao ambiente, os CCA contribuem para a *preservação e manutenção da biodiversidade* e globalmente para a *sustentabilidade* dos recursos naturais.
- Promovem uma maior consciência ambiental por parte dos consumidores, e incentivam a interação entre o meio rural e o urbano, através da valorização do papel ambiental.
- Quando associados a modos de produção sustentáveis ou biológicos, resultam em menor poluição, menor consumo energético, preservação da biodiversidade e da paisagem, contribuindo, conseqüentemente, para a proteção do solo e da água.

### *Benefícios para os produtores*

- A possibilidade de escoar o produto por um pagamento justo e imediato faz com que exista uma maior *estabilidade económica*, que se pode refletir num aumento da produção e no alargamento das vendas a outros públicos, resultando muitas vezes, num *aumento de rendimentos*.
- Facilitam a venda aos pequenos produtores, que não têm outros canais de distribuição alternativos.
- Possibilitam a diversificação das atividades da exploração, o que contribui para assegurar um rendimento durante todo o ano.
- O contacto direto entre produtor e consumidor pode contribuir para um melhor ajuste entre a produção e necessidades de consumo e do preço do produto.
- Mantêm o seu emprego, criam emprego para familiares ou outro trabalho remunerado.
- São reconhecidos social e profissionalmente.

### *Benefícios para os consumidores*

- Maior *diversidade de produtos* frescos ao seu dispor.
- *Melhoria da relação custo benefício* para os consumidores, pois os custos de transporte, armazenagem, embalagem, conservação, promoção e distribuição são menores.
- *Alimentação mais saudável*, já que, por um lado, ao nível geral da população, a diversidade de escolha de produtos é uma oportunidade para conseguirem estabelecer uma dieta saudável e, por outro lado, os indivíduos com menor poder económico têm maior acesso a um produto de melhor relação qualidade/preço do que aquela que é praticada nas grandes superfícies de distribuição.

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

- Contacto direto com os produtores, que permite conhecer a origem dos produtos e as condições de produção utilizadas, e assegurar-se da qualidade do produto e da segurança alimentar.
- A população urbana tem maior abastecimento e satisfaz as necessidades e, em alguns casos, os CCA possibilitam a produção nas próprias zonas urbanas.
- Aumenta o conhecimento sobre as questões do mundo rural e a consciência ambiental por parte dos consumidores.

Para concluir, os CCA, nas suas diversas modalidades, criam a riqueza necessária para preservar e constituir um potencial que pode ser utilizado, criando benefícios constantes para os agricultores, os consumidores, os territórios e para a preservação do ambiente e da cultura e identidade local. Para o desenvolvimento dos CCA é necessário, contudo, a contínua promoção e divulgação dos benefícios inerente dos CCA, de forma a obter financiamento a nível local, nacional e internacional. No próximo ponto apresentam-se as limitações/dificuldades com que se debatem os CCA, na atualidade.

### **1.1.4.2 Dificuldades/Limitações dos Circuitos Curtos Agroalimentares**

Hoje, apesar de existirem muitos ideais projetados em CCA, é difícil avaliar o seu peso exato. A literatura indica que os benefícios apresentados (no ponto anterior) não são tão óbvios, visto que a realidade é mais subtil do que aparenta (Gonçalves, 2013).

#### *Dificuldades económicas, ambientais e sociais*

No que diz respeito aos *benefícios económicos*, embora o processo tenha menos intermediários e os produtos geralmente percorram uma menor distância, nem sempre significa menos despesa. Por um lado, a mão-de-obra adicional pode ser necessária para a comercialização de produtos na prática de CCA, como é exemplo a confeção de cabazes e a presença nos pontos de venda, o que aumenta o preço do produto. Por outro lado, dado o lugar privilegiado ocupado pelas cadeias de supermercados na grande distribuição, que não têm de pagar os custos sociais e ambientais das suas práticas, a competitividade é desproporcional e tem um peso económico. Outra condicionante apontada é que a variável tempo da produção, distribuição e comercialização não é valorizada na decisão do valor a atribuir ao produto final. Para além de os indicadores que atribuem o valor dos produtos terem por base os preços dos outros circuitos existentes e não o custo de produção local e

produtos em si (Chometon, 2011).

Em relação aos *benefícios ambientais*, também existem pontos que não são tidos em consideração. Segundo o *L'Institut D'Aménagement et D'Urbanisme – Île-de-France* (2017), assume-se que os CCA, por serem desenvolvidos localmente, resultam em benefícios ambientais, tendo em conta sobretudo a distância do transporte produto. De facto, a questão dos quilómetros percorridos no transporte é crucial, contudo, se reduzido ao quilo do produto transportado, o consumo de energia e a emissão de gases com efeito de estufa podem ser maiores nos CCA do que em circuitos longos. Os CCA locais nem sempre são os que emitem menos CO<sub>2</sub>, pois os produtos são distribuídos de maneira menos otimizada. Segundo este relatório, poucos estudos integram o movimento dos consumidores, embora este fator possa representar até 94% das emissões de um produto. O impacto ambiental do segmento de transporte de CCA é essencialmente medido em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, quando deveriam também ser incluídos outros indicadores, tais como N<sub>2</sub>O (Óxido nitroso) e CH<sub>4</sub> (Metano), assim como poluentes do ar chamados NO<sub>2</sub> (Dióxido de Nitrogénio), por terem impacto na saúde e no local. Transportar grandes quantidades em longas distâncias de maneira otimizada pode ter menor impacto de emissões de gases de estufa por tonelada do que o transporte em pequenas distâncias com os camiões quase vazios. Portanto, na avaliação ambiental também devem ser considerados os custos de energia associados às diferentes etapas da cadeia de abastecimento, nomeadamente o armazenamento (refrigeração) e comercialização. (L'Institut D'Aménagement et D'Urbanisme – Île-de-France, 2017).

Finalmente, o desempenho ambiental não se limita apenas à avaliação de energia e emissões, e deve incorporar critérios de sustentabilidade territoriais mais amplos, tais como a preservação local, agricultura, biodiversidade e paisagens, todavia, também para estas variáveis faltam indicadores estabelecidos.

No que diz respeito aos *benefícios sociais*, mais concretamente à coesão social e ao capital social, constructos relacionados com o contacto direto entre produtores, intermediários e clientes, verifica-se que em relação às ligações entre produtores, há diferentes níveis de cooperação que podem implicar partilha, agrupamentos mais ou menos formalizados ou simples trocas comerciais. Porém, o sucesso desta cooperação não é simples. Muitos agricultores estão ligados às suas práticas individuais, preferem gerir as suas próprias atividades, não desenvolver atividade comercial, etc. Do ponto de vista do produtor - intermediários muitas vezes as reuniões não são regulares, nem cara a cara, perdendo-se a possibilidade de construir relações. Do mesmo modo, a relação produtor – consumidor, não é linear, pois nem todos os agricultores desejam ter mais ligações com os consumidores e vice-versa.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

Esta relação depende muito do perfil do consumidor e do produtor. Por último, no que se refere às relações urbano-rurais, as iniciativas que existem operam sobretudo num espaço limitado, sendo necessária uma mudança em grande escala para intensificar estas relações (Balsadi, 2001).

### *Dificuldades dos produtores*

A nível económico, muitas das vezes carecem de estruturas adequadas para garantir o escoamento dos seus produtos, bem como do enquadramento legislativo adequado ao exercício da sua atividade. Garantir a produção, distribuição e comercialização traduz-se em tempo e esse não é valorizado e pode vir a ser um fator de peso na tomada de decisão do valor a atribuir ao produto final. O retorno de investimento em iniciativas ligadas a frutas e legumes tem o seu tempo e os primeiros anos são, muitas vezes, difíceis, exigindo muita capacidade de resiliência. Deste modo, o desequilíbrio económico é muitas vezes desconhecido por parte dos produtores, pois as variáveis relacionadas com aspetos logísticos, acréscimo de mão-de-obra, carência de variedade e tempo de trabalho, entre outros, não são muitas vezes salientadas como deveriam ser.

Um estudo realizado pelo *Ministre de L'alimentation, L'agriculture et de la Pêche* Francês (MAAP, 2009), demonstrou que os consumidores são cada vez mais exigentes na regularidade e qualidade dos produtos, sendo a regularidade difícil de manter. As atividades de *marketing* são cada vez mais tradicionais, o que representa mais trabalho, e é necessário produzir e vender, e às vezes transformar (três comércios "demorados"). Os concursos públicos para financiamento são difíceis, sobretudo por causa dos volumes serem frequentemente insuficientes, e encontram-se em desvantagem pela impossibilidade de construir novas instalações e adquirir novas quintas e explorações.

Por outro lado, nem sempre os produtores têm as características pessoais necessárias para implementação dos CCA que, como mencionado anteriormente, exigem da parte dos agricultores dinamismo, criatividade, vontade, capacidade de comunicação entre todos os *stakeholders* do território e outras competências (Baptista *et al.*, 2013), como por exemplo de liderança, colaboração, conhecimentos de gestão, *marketing*, administrativos, etc.

A nível político, existe um conjunto de restrições de diversa ordem que podem condicionar a expansão deste tipo de comércio. Por exemplo, os mercados de proximidade estão enquadrados na legislação do comércio a retalho não sedentário, e esta categoria não se enquadra na especificidade da atividade agrícola nem com a tipologia dos seus participantes (Pulido, 2017), e as áreas de higiene e segurança

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

alimentar não estão adaptadas aos produtos de produção local e consumo em fresco (Santos & Viana, 2015).

### *Dificuldades dos consumidores*

Os consumidores também encontram dificuldades tais como: não conseguirem os produtos com regularidade e diversidade; os preços dos produtos vendidos em CCA às vezes parecem altos demais (no entanto, algumas iniciativas, incluindo vendas online, oferecem preços mais baixos do que produtos similares vendidos em circuitos longos); carecem de informações sobre os CCA na sua área e, em muitos casos, consideram que estes produtos estão reservados para categorias socioprofissionais superiores e pessoas com rendimentos mais elevados; e a distância que têm de percorrer até aos pontos de venda e das quintas é, por vezes, muito grande (MAAP, 2009).

Por fim, os CCA permanecem, como o próprio Comité das Regiões (2011) assume, como um assunto marginal no amplo sistema agroalimentar. Em Portugal, as organizações com responsabilidade na área agrícola e agroalimentar, como o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Rede Rural Nacional (RRN), entre outras, exprimem em numerosos documentos a necessidade de implementar políticas que encorajem a criação e a dinamização dos CCA, de forma a facilitar a venda direta aos consumidores. Parece existir concordância que a legislação é pouco clara e tem dificultado o seu bom funcionamento (RRN, 2013). O Decreto-lei nº 85/2015, ao invés de facilitar o acesso ao mercado, veio dificultar, dadas as regras extremamente rígidas e concretas, que agravam os constrangimentos múltiplos e incontrolláveis com que os produtores agrícolas e pecuários já se debatem, quer ao nível do escoamento das suas produções e promoção das mesmas, quer ao nível das suas atividades de comercialização para as quais, na maioria das vezes, não se encontram preparados (Ruivo & Carvalho, 2017). A visibilidade dos CCA no cenário local, nacional e internacional, e a inclusão das suas ações institucionais e estatais para um enquadramento adequado à importância destes sistemas, continua a ser uma questão importante a resolver.

A nosso ver, a investigação tem um papel fundamental para encontrar respostas, ou pelo menos sugerir medidas. Contudo, também esta é dificultada pelo elevado financiamento que exige, mas também pelo facto de ser necessário que os estudos se foquem não no global dos CCA, mas especificamente nas diversas formas de CCA e, por outro lado, que criem indicadores de análise, que como vimos são quase inexistentes.

### 1.2 Desenvolvimento: Local e Rural

#### 1.2.1 Evolução do conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem origem na biologia, ciência esta que emprega este termo referindo-se ao processo de evolução dos seres vivos para alcançar as suas potencialidades genéticas. Com a industrialização, os economistas adicionaram-lhe o complemento "económico", passando o crescimento económico a ser um meio e um fim de desenvolvimento, colocando a qualidade de vida em segundo plano (Santos, Braga, Souza & Braga, 2012). Com o final da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945, começou-se a problematizar e a debater-se o futuro da humanidade, sendo o sentimento geral de que se deveria manter a paz para a sobrevivência e que, para isso, era necessário terminar com a guerra, desemprego, miséria, discriminação racial e desigualdade política, económica e social (De Oliveira, 2002). Sob a premissa de criar condições para que todos os indivíduos possam desfrutar de segurança económica e social criou-se, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 27 países, com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade de vida de todas as nações, ou seja, com o propósito contribuir para o aumento dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. A ONU tem sido o motor para a conquista dos meios necessários para o desenvolvimento e, atualmente, os 193 Estados-membros procuram tratar dos problemas económicos e sociais através de programas e organismos especiais, de modo a manter o equilíbrio mundial. Exemplo desses programas e organismos especiais são o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa para Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde e a Organização Internacional do Trabalho. Todos têm as suas especificações, mas com um objetivo comum, o de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento passou a ser considerado como crescimento económico, como satisfação das necessidades básicas e como elemento de sustentabilidade social e ambiental, apesar de estas dimensões não serem as únicas. Por outro lado, é concetualizado sob distintos paradigmas de diferentes ciências sociais, como a economia, a ciência política, a antropologia, a sociologia, etc., tornando-se num conceito multiparadigmático, com uma enorme variedade de perspetivas e ideologias, que tem resultado na falta de clareza conceptual e discursos controversos.

Os fenómenos e circunstâncias atuais têm vindo a reforçar a importância de se

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

debaterem os pressupostos, objetivos e métodos do desenvolvimento, tendo em conta a informação científica existente, que demonstra cada vez mais sinais negativos da insustentabilidade ecológica dos modelos de desenvolvimento em uso, como exemplo, o efeito de estufa; alterações climáticas e degelo dos polos; poluição tóxica da atmosfera, rios, mares e subsolo; desflorestação; perda de biodiversidade; esgotamento de recursos naturais não renováveis, entre outras. Por outro lado, o crescimento de desigualdades económicas acelerou nas últimas décadas entre os países do Norte e do Sul, e entre os países ocidentais “desenvolvidos”, os países “em desenvolvimento” e os países “subdesenvolvidos”. Na Europa, vários países europeus ainda se encontram muito frágeis, a recuperar da crise económica, social e política e, por outro lado, dependentes dos resgates financeiros ou programas de ajuda condicional (Ferreira & Raposo, 2017), como é o caso de Portugal. Estas problemáticas globais exigem, hoje, a análise e reflexão sobre o caminho do desenvolvimento que temos prosseguido, de forma a encontrarmos soluções para resolver os problemas com que nos debatemos.

De acordo com Sandroni (1994), deveríamos voltar à visão do desenvolvimento da década de 1940, onde este “era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura económica e social” (Scatolin, 1989), o que significa retornar a um desenvolvimento como processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política, mas principalmente de ordem humana e social. Ainda assim, tal é um desafio, já que as taxas de crescimento do produto crescem de forma mais rápida do que as taxas de incremento populacional, tornando o paralelismo difícil de alcançar. Segundo Scatolin (1989), o crescimento económico precisa de acontecer num ritmo capaz de atender às distintas necessidades das classes sociais, regiões e países, já que o desenvolvimento depende das características de cada país ou região, do seu passado histórico, da sua posição e extensão geográfica, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais, que influenciam o desenvolvimento de uma nação (Sandroni, 1994). Sob esta perspetiva, o desenvolvimento não é um fenómeno puramente económico, mas um processo multidimensional, que envolve reorganização e reorientação de todo o sistema económico e social, com o objetivo final de melhorar a qualidade de vida de todos os seres humanos.

Para alcançar este fim, Rashid (2011) aponta três aspetos fundamentais, a começar pela disponibilidade e melhoria das condições de distribuição dos alimentos, renda e consumo, serviços médicos, e educação a partir de crescimento relevantes; a criação de condições conducentes ao crescimento da autoestima das pessoas, através do estabelecimento de sistemas e instituições sociais, políticas e económicas

que promovam a dignidade humana e o respeito; e, finalmente, a promoção da liberdade das pessoas para escolher, ampliando o intervalo das suas variáveis de escolha, por exemplo, variedades de bens e serviços.

Consideramos que os CCA podem contribuir para este fim e, nas próximas linhas, apresentam-se os conceitos de desenvolvimento relacionados com os CCA: o desenvolvimento local e o desenvolvimento rural.

### **1.2.2 Desenvolvimento Local**

O conceito de desenvolvimento local surgiu como um novo paradigma de desenvolvimento que começou a amadurecer a partir da década de 70, como proposta de revisão do modelo economicista. Este fundamenta-se na descentralização das decisões e no estímulo à participação dos atores sociais na definição dos rumos económico e social do território ao qual pertencem.

De acordo com Fragoso (2005), a concetualização de desenvolvimento local “foi-se construindo pouco a pouco”, no início associado ao conceito de desenvolvimento comunitário, muitas vezes assumindo “que um e outro são uma e a mesma coisa” (Fragoso, 2005). Todavia, o desenvolvimento local parte do pressuposto de que as condições de vida e o bem-estar da população não dependem somente de fatores económicos, existindo, atualmente, uma perspetiva mais integral, com o principal objetivo de criação de um ambiente que permita às pessoas beneficiar de uma vida longa e saudável. Amaro (2003) define o desenvolvimento local como

“um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas”.

Deste modo, o desenvolvimento local acaba por adquirir maior complexidade e por se tornar num desafio à reflexão, porque tem na sua essência uma visão humana, holística e ecológica. O desenvolvimento local refere um desenvolvimento endógeno que mobiliza recursos próprios da região, privilegia o esforço de dentro para fora, com fim a promover o desenvolvimento sustentável a partir participação ativa do cidadão, o fortalecimento da sociedade existente no local e sua democracia, a inclusão social e combate à pobreza (Fragoso, 2005; Amaro, 2003, 2009). A finalidade do desenvolvimento local é a de garantir a qualidade de vida para todos os seres humanos vivos e das futuras gerações, por isso, a questão é criar e consolidar uma cultura integrada e alternativa de desenvolvimento, que permita adquirir uma outra perspetiva cultural e valorização do estado de bem-estar humano

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e económico). Atingir qualquer um destes objetivos não é tarefa fácil, pois por um lado requer uma mudança de mentalidade que implica uma profunda revisão de postura por parte do mundo que, na atualidade, tem como principal valor o materialismo, como objetivo o acúmulo de riqueza pessoal e, como meta, ganhar a vida para poder consumir. Por outro lado, requer a descentralização do poder e da gestão de projetos pela organização social local, requerendo que esta esteja disposta a racionalizar os recursos públicos e a adaptar os projetos às condições e necessidades do local.

Torna-se, assim, necessário articular parcerias orientadas de interesses de diferentes atores sociais para objetivos comuns entre instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, órgãos de classe, entidades comerciais e religiosas, com base nos princípios de partilha de recursos e benefícios socioeconómicos, políticos e ambientais. Isto significa que é necessária a redistribuição do poder de decisão e a participação de todos os *stakeholders*, incluindo a população, em questões que permitam analisar, monitorizar e planear intervenções futuras. Deste modo, é necessário que as pessoas tenham uma atitude pró-ativa e que se desenvolvam formas organizativas substancialmente diferentes das políticas de desenvolvimento tradicionais (orientadas por política públicas), já que o desenvolvimento local é uma política feita de e para o âmbito local<sup>3</sup> (Martins, 2016).

A esse respeito, Dowbor (1996) considera que a ação dos governos locais, no que respeita à promoção do desenvolvimento, é limitada por causa do seu restrito poder de intervenção em fatores vinculados diretamente à economia mundial e nacional e à falta de recursos para investimento. Todavia, considera que, apesar destes constrangimentos, os governos locais podem assumir algumas tarefas que contribuam para romper circuitos fechados, entre as quais a criação de condições ambientais; investir no homem, dando formação básica e profissional a todos os cidadãos; intervir em sectores de grande efeito multiplicador; estimular novas formas de organização da produção à empresa capitalista, e.g. cooperativas, empresas não lucrativas; procurar novas formas de ajuda e cooperação, de modo a superar o assistencialismo tradicional que se encontra radicalmente ultrapassado, e identificar oportunidades que possam despertar o interesse dos agentes económicos locais, tendo em conta as suas características, etc.

Assim, um projeto de desenvolvimento local bem-sucedido foca a sua ação no

---

<sup>3</sup> O local, não é sinónimo de pequeno, ou micro, antes de uma delimitação territorial que possui homogeneidade na sua dinâmica económica e social, atual e futura. Neste sentido, podemos considerar que o local é definido como um município ou uma região, independentemente das definições oficiais de região.

uso dos recursos da comunidade e é organizado de forma a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

### **1.2.3 Desenvolvimento Rural**

Estando o tema do presente trabalho relacionado com a produção e distribuição agroalimentar no espaço rural, procuramos entender em que consiste e o que envolve o lado rural do desenvolvimento. Comumente, “rural” é definido como aquilo que não é urbano e que tem como principais características a atividade agrícola e a paisagem natural, no entanto, é necessário considerar a diversidade de territórios rurais que podemos encontrar (Teixeira, 2014). O desenvolvimento rural pode ser definido como

“a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade (conservação; condições de competitividade dinâmica/duradoura), participação democrática e responsabilidade cívica” (Cordovil, 1997).

Numa linha de pensamento muito próxima, Figueiredo (2014) considera que o desenvolvimento rural pretende melhorar as condições de vida da população no que respeita à criação de empregos, redução das disparidades existentes ao nível dos rendimentos médios e garantia de um acesso satisfatório aos serviços essenciais, tais como saúde, educação, segurança, entre outros.

O desenvolvimento rural foi inicialmente concebido para responder aos problemas de pobreza dos países em desenvolvimento. Durante muito tempo, considerações do espaço rural estavam intimamente ligadas a problemas da atividade agrícola e as políticas contempladas para o mundo rural eram as políticas agrícolas. Nos anos 70/80, surgiram as políticas de desenvolvimento de cariz mais territorial, que advogam que a afirmação, promoção e inserção de determinado território no contexto regional, nacional e internacional de que faz parte só podem ser alcançadas através dos seus recursos endógenos, tais como os produtos locais, os recursos naturais e humanos, o saber-fazer local, as identidades locais etc. Nos anos 90, com aceleração da globalização, as políticas de desenvolvimento rural, por um lado, internacionalizam-se, com a tomada de consciência dos processos e fluxos globais, apostando-se em estratégias de solidariedade inter-regional, através do estabelecimento de estruturas em rede e em parceria (redes de inovação, de partilha de informação e processos de

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

aprendizagem coletiva, etc.). Simultaneamente, estas políticas também localizam-se, com a revalorização do local como estratégia de competitividade, aumentando as atividades no espaço rural e diferenciando-se o desenvolvimento agrícola (que se pode definir pela melhoria qualitativa e durável da atividade agrícola), do desenvolvimento rural (que se pode definir pela melhoria qualitativa e durável das atividades económicas situadas em espaço rural) (Le Roy, 1997).

O desenvolvimento rural representa, hoje, uma das maiores preocupações a nível da União Europeia (UE) por diversas razões, que podemos resumir em equilíbrio territorial, preservação do meio ambiente, novas funções dos espaços naturais, combate ao desemprego, entre outros. Num contexto de crescimento populacional e preocupações sociais e ambientais, as políticas de desenvolvimento rural devem integrar ações que visam a preservação dos recursos naturais, salvaguarda do ambiente e do equilíbrio biológico, recuperação e conservação do património histórico e cultural e utilização de produtos tradicionais de qualidade (Teixeira, 2014).

Tal como refere Figueiredo (2014), verifica-se que as medidas de hoje não se centram exclusivamente na agricultura e no seu desenvolvimento como outrora, mas sim num conjunto de aspetos que englobam todos os descritos acima, o que torna o conceito de desenvolvimento rural bastante mais complexo e abrangente.

Da análise da literatura compreende-se que não é possível definir *desenvolvimento rural* de forma exaustiva, porque é um fenómeno complexo. Como principais características podem-se mencionar:

- É um processo multinível, que envolve múltiplos atores, e é multifacetado (van der Ploeg et al., 2000). Mais especificamente, trata-se de um processo que pode ser operacionalizado ao nível: i) das inter-relações globais que se estabelecem entre a agricultura e a sociedade; ii) das relações que se instituem entre a agricultura e outras atividades rurais; iii) dos agregados familiares agrícolas individuais; iv) da região rural e dos seus atores económicos; e v) das instituições e das políticas de desenvolvimento rural. É a relação entre estes diferentes níveis, fortalecida pelas relações entre o local e o global, que torna esse *desenvolvimento* um processo que envolve múltiplos atores, e é multifacetado porque se desdobra numa variedade de atividades, muitas vezes interligadas entre si – e.g., a gestão da paisagem, a conservação da natureza, o agroturismo, a agricultura biológica (van der Ploeg et al., 2000).

- É imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo prático desta realidade advém das políticas de incentivo de modernização da agricultura para o desenvolvimento rural.

- É, principalmente, um desenvolvimento endógeno, concretizado por impulsos

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham um papel crucial (desenvolvimento local). Contudo, pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, na qual os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente entre regiões, não excluindo um desenvolvimento exógeno. Por outro lado, o processo de desenvolvimento rural é constituído pela promoção da interdependência entre o urbano e rural, ou seja, são necessárias estratégias abertas e seletivas de relação com o exterior, no sentido de apostar na diferenciação e qualidade face à concorrência internacional.

- Implica a criação de novos produtos e serviços associados a novos mercados, a procura de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas e tenta reconstruir a agricultura como parte integrante de um todo.

De acordo com MAMAOT (2013), a diversificação da economia local das zonas rurais é fundamental para a atração e fixação de população, e pode passar por “ofertas alternativas ou novos produtos (consumidores)” e “parcerias para o desenvolvimento de circuitos curtos agroalimentares, sendo estas oportunidades facilitadas pelas novas tecnologias de informação”.

O PDR 2020, assim como o seu reforço para os anos 2020 - 2027, confere ao desenvolvimento rural uma atividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atrativa. Esta competição assenta num correto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais, e, ainda, na melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais, que emergem como objetivos inquestionáveis de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Acrescenta-se que pretendem garantir a promoção do sector agro-florestal e o desenvolvimento territorial equilibrado, ou seja, melhorar a produção alimentar viável, a criação de emprego em todo o território nacional, a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas.

O termo do desenvolvimento sustentável desde o seu início (década de 80 do século passado) é controverso e alvo de duras críticas. No relatório Brundtland<sup>4</sup> é referido que:

“O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo, de harmonia, mas antes um

---

<sup>4</sup> O Relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, de que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais são tornadas consistentes quer com as necessidades do presente quer com as do futuro” (Rodrigues, 2009).

Na perspetiva de Bellen (2004), autores do *Ecological Footprint Method*, o modelo atual de desenvolvimento é autodestrutivo e as diversas iniciativas para modificar este quadro não têm sido suficientemente efetivas para reverter o processo de deterioração global. A utilização dos recursos não é feita de forma racionada e não assegura que as próximas gerações também possam usufruir desses recursos. Por outro lado, a distribuição desigual da riqueza gera desigualdades sociais profundas e, lamentavelmente, a pressão sobre a integridade ecológica e a saúde humana continua a aumentar. De acordo com Barbosa (2008), o que acontece a maior parte das vezes é o termo de desenvolvimento sustentável estar presente nos discursos políticos, mas na prática não se verifica a sua aplicação.

De acordo com Theys (2006) o caráter extremamente vago e ambíguo do conceito de desenvolvimento sustentável, que marcou uma primeira fase de debates sobre o desenvolvimento sustentável, está a ser substituído por uma tendência progressiva de adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável, tais como integrar a conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; procurar a autodeterminação social e a diversidade cultural, assim como manter a integridade ecológica; na definição das políticas locais. Nesse sentido, de acordo com este autor, ao invés da elaboração de um programa prescritivo, a opção por boas práticas de desenvolvimento sustentável, de cunho essencialmente pragmático, que tenha por base o contexto de descentralização, parece ser o caminho promissor da segunda fase do desenvolvimento sustentável.

Mais concretamente, ao nível da agricultura, Gliessman (2000) afirma que “a agricultura como um todo deve tornar-se verdadeiramente sustentável, todos os aspetos da produção, distribuição e consumo de alimentos precisam estar incluídos nesse quadro” (Gliessman, 2000). Isto significa que os sistemas alimentares são muito mais abrangentes e que a sustentabilidade não deve ser pensada apenas em termos de produção agrícola. Ainda, é a interação entre todas as dimensões dos sistemas alimentares - ecológica, técnica, social e económica - que determinará se estes podem ser sustentáveis a longo prazo (Niederle, Almeida & Vezzani, 2013).

Deste modo, os CCA são uma proposta credível para o desenvolvimento rural sustentável, já que para além de serem um sistema agroalimentar alternativo,

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

arquitetam redes e canais de comercialização que “se constroem através de alianças que redefinem a articulação entre a produção e o consumo de alimentos, baseada em critérios de proximidade, sustentabilidade e equidade” (Soler & Calle, 2010).

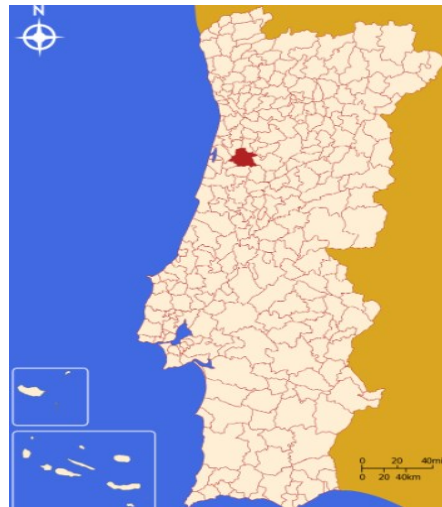
Tal como referido nesta secção, os CCA apresentam uma série de benefícios, assim como contradições e conflitos próprios dos processos de carácter alternativo que ainda estão em construção. No próximo ponto apresentamos a investigação da presente dissertação, que tem a pretensão de contribuir para a promoção de CCA que, a nosso ver, contribuem para o desenvolvimento local e rural sustentável.

### **1.3 Caracterização do concelho de Águeda**

A história de Águeda remonta a 370 anos antes de Cristo. Foi reconquistada aos mouros em 739 e veio a ser sede de condado, mas não recebeu foral próprio, sendo incluída no foral concedido a Aveiro, em 1515, por D. Manuel. Em 1953 foi elevada a concelho, tendo a sua criação resultado da grande reforma administrativa liberal, coadjuvando as contínuas lutas políticas, sociais e económicas com a extinção de muitos pequenos concelhos antigos. Posteriormente, em 1985, passou a ser considerada cidade.

Atualmente, Águeda pertence à Sub-Região Baixo Vouga e Região Centro do Distrito de Aveiro (Figura 2), e conta com perto de 15 000 habitantes, erguendo-se a 15 metros de altitude. Foi elevada a cidade em 1985 pela Lei n.º 30/85 a 14 de agosto. De acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUT's), Águeda pertence à NUT III, constituída por sete unidades, das quais cinco no continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e também pelos territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O concelho de Águeda está inserido no distrito de Aveiro, e pertence à província da Beira Litoral, Baixo Vouga (NUT III). Segundo os dados do INE (2016), a população residente (habitantes aguedenses) é de 46.600 habitantes, dos quais 22,4% têm 65 anos ou mais, e apresenta uma densidade de 148,9 hab./km<sup>2</sup>. Neste sentido, Águeda é a quarta maior cidade (em população residente) da Região de Aveiro, ultrapassada apenas pelas cidades de Aveiro, Ovar e Ílhavo.

**Figura 2: Localização do concelho de Águeda no mapa de Portugal continental**



É o maior concelho do Distrito de Aveiro, com cerca de 335,27 km<sup>2</sup>, subdividido por 11 Uniões de freguesias: Aguada de Cima, Águeda e Borralha, Barrô e Aguada de Baixo, Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, Fermentelos, Macinhata do Vouga, Préstimo e Macieira de Alcoba, Recardães e Espinhel, Travassô e Óis da Ribeira, Trofa, Segadães e Lamas do Vouga e Valongo do Vouga (Figura 3). Para além das uniões de Freguesia, Águeda é constituída por 3 vilas, nomeadamente, Aguada de Cima, Fermentelos e Mourisca do Vouga.

O município de Águeda é limitado, a norte, por Sever de Vouga, a nordeste por Oliveira de Frades e Vouzela, a leste por Tondela, a sul por Mortágua e Anadia, a sudoeste por Oliveira de Bairro, a oeste por Aveiro e a Noroeste por Albergaria-a-Velha. Águeda está localizada no interior e praticamente no centro, formado por quatro capitais de distrito. Dista de Lisboa 240 Km, do Porto 72 km e de Aveiro cerca de 20 km.

**Figura 3: Freguesias do concelho de Águeda**



## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

O território é constituído maioritariamente por serra, relevos acidentados e grandes vales entre montanhas até ao Caramulo, e a cidade de Águeda é atravessada pelo rio com o mesmo nome. O concelho é conhecido pelas suas praias fluviais de qualidade, como a do Alfusqueiro, e pelas suas aldeias pitorescas, como a do Lourizela. Todo o território concelhio insere-se na região gastronómica e natural da Bairrada, conhecida pelo mais famoso pitéu das redondezas, mas não fica muito à frente das doçarias, como por exemplo, os pastéis de Águeda, barriga de freira, fuzis e sequilhos e padas da Veiga. Outros pratos, como chanfana, rojões, carne de carneiro ou cabra à pantana, assim como caldeirada de peixe, são pratos típicos locais, sempre acompanhados pelos vinhos e espumantes das caves da Bairrada.

Com inúmeras igrejas, capelas e locais de interesse cultural, destaca-se a Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga, a ponte romana sobre o Rio Marnel (Lamas do Vouga) e a Pateira de Fermentelos (maior lagoa natural da Península Ibérica). O feriado municipal é celebrado na segunda-feira a seguir ao Domingo do Espírito Santo (Domingo de Pentecostes: Festa de São Geraldo em Bolfiar). Este é o local onde o rio Alfusqueiro desagua no rio Águeda. Esta cidade tornou-se umas das mais bonitas cidades nas margens do Rio Vouga, e tornou-se conhecida pela forma original como decoram as ruas com guarda-chuvas. Deste modo, é um concelho com elevado potencial turístico.

A principal atividade económica do concelho é a indústria, que viveu um excelente período nas décadas de 70 e 80 do século passado, com as fábricas de ciclomotores e bicicletas, valendo-lhe o título de “Capital da Bicicleta”. O concelho de Águeda também adquiriu a fama de “terra das ferragens”, pelo fabrico de motores para velocípedes, motociclos e materiais de construção, atribuindo-lhe um lugar privilegiado por entre os concelhos mais conhecidos a nível nacional. A partir da década de 90, algumas empresas deste sector começaram a falir e Águeda perdeu muitas unidades industriais para os municípios vizinhos, como Tondela e Oliveira de Frades, tornando-se os principais polos da indústria metalomecânica na região.

Para além de ser considerado um importante centro comercial e industrial, Águeda é constituída por uma importante área agrícola extremamente fértil na produção de milho, fruta, vinho e madeira. No entanto, longe vão os tempos da grande cultura do arroz nas várzeas dos rios que atravessam o concelho, também estas cheias de milho e outros produtos. Apesar do estado atual, o potencial do concelho, permanece intacto e pode ser explorado de forma a tornar mais competitiva a componente agrícola e, simultaneamente, combater a desertificação que se faz sentir nas freguesias mais interiores do Município.

## **Capítulo 2| Metodologias**

O presente capítulo destina-se à explicitação daquelas que foram as opções metodológicas desta investigação. Como nota prévia, tal como foi referido no Capítulo 1, os canais de distribuição dos CCA podem tomar e conjugar diferentes formas: *mercado de produtores, feiras de produtos locais, ponto de venda coletivo e cabaz de produtos agroalimentares, etc.*

### **2.1. Método**

Sendo a investigadora oriunda do concelho de Águeda, e dado o conhecimento que tem da sua localidade, optou por estudar as feiras locais, visto considerar serem o canal de distribuição mais recorrente, no concelho alvo do presente estudo. Assim, a investigação que aqui apresentamos tem como base um desenho metodológico que combina métodos quantitativos e qualitativos. Numa primeira fase, realizaram-se entrevistas a participantes privilegiados do concelho de Águeda e, numa fase posterior, realizaram-se inquéritos, tendo por base um questionário aos produtores que vendem nas feiras do concelho.

### **2.2. Amostras e procedimento de seleção das amostras**

#### **2.2.1. Participantes privilegiados**

Na procura de aceder a informações sobre os CCA existentes na comunidade, escolheram-se as seguintes instituições de administração local: Câmara Municipal de Águeda (Gabinete Municipal de Apoio à Agricultura) e freguesias: Segadães, Macinhata, Aguada de Cima e Agadão. Trata-se, então, de uma amostra por conveniência, constituída por 6 participantes privilegiados. A Tabela 4 sumaria a amostra utilizada e os mercados abordados do concelho de Águeda, que se realizam mensalmente, com a exceção do Mercado Diário de Águeda.

**Tabela 4: Mercados e feiras do concelho de Águeda**

Designação	Breve descrição	Freguesia	Participantes privilegiados
Feira dos 2	Feira mensal. Realiza-se no dia 02 de cada mês.	Aguada de Cima	Mariposo
Feira dos 17	Feira mensal. Acontece todos os dias.	Aguada de Cima	Mariposo
Feira rural de Agadão	Feira mensal. Ocorre no 2º Domingo do mês.	Agadão	Ernesto
Mercado diário	Feira Diária. Terças, quartas-feiras, quintas-feiras e sábados das 07:00h às 13:00h, às sextas-feiras das 07:00h às 19:00h	Águeda	Albertina,
Feira do Beco	Feira mensal. Ocorre no 1º Domingo de cada mês.	Macinhata	Justino
Feira dos 10 Fontinha	Feira mensal. Realiza-se no dia 10 de cada mês	Segadães	Custódio

O procedimento para a seleção desta amostra teve início com a solicitação da entrevista às instituições, enviadas a 12/06/2019. Após confirmação da aceitação por parte das instituições, contactou-se por telefone para marcar data, horário e local da realização da entrevista com as pessoas designada em cada caso. As entrevistas foram realizadas entre 12/06/2019 a 16/08/2019 e os entrevistados assinaram o consentimento informado (Anexo 1).

### 2.2.2. Produtores

O critério de seleção dos produtores foi o de venderem os seus produtos nas feiras locais, tratando-se, assim, de uma amostra de conveniência constituída por 22 produtores.

A recolha de dados decorreu entre 12/06/2019 e 16/08/2019, nas feiras “Beco”, “Águeda”, “Agadão”, “Fontinha” e dos “2”. Os questionários foram aplicados apenas aos vendedores/produtores, resultando num número consideravelmente baixo de produtores. Exemplificativamente, na feira dos “2” abordou-se, aproximadamente, 20 vendedores, onde apenas 1 era produtor e, por outro lado, encontramos os mesmos produtores noutras feiras, não podendo duplicar a aplicação do inquérito por questionário. Na folha de rosto do questionário, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, a confidencialidade dos dados, o carácter voluntário da sua participação e apelou-se à honestidade das respostas (Anexo 2).

## **2.3. Instrumentos**

### **2.3.1. Guião de entrevista aos participantes privilegiados do concelho de Águeda**

Entrevista semiestruturada, dividida em cinco domínios, com os seguintes objetivos específicos (Anexo 3):

*1º Domínio:* Legitimação/informação da entrevista

- Dar a conhecer os objetivos da investigação
- Informar sobre os aspetos éticos e deontológicos a ter em conta na realização da entrevista (preenchimento do consentimento informado; garantia da confidencialidade dos dados; direitos à não resposta; esclarecimento de dúvidas).
- Agradecer a disponibilidade.

*2º Domínio:* Incentivos à agricultura local e aos CCA

- Compreender quais os incentivos à agricultura local aos CCA.
- Identificar CCA no concelho de Águeda.

*3º Domínio:* Feiras

- Compreender a organização e funcionamento das feiras promovidas pela Câmara Municipal de Águeda.
- Identificar os CCA presentes na feira e a sua tipologia.

*4º Domínio:* Benefícios

- Compreender de que forma o concelho de Águeda beneficia com as feiras organizadas pela Câmara Municipal. A nível social, económico, ambiental.
- Identificar os benefícios para os produtores e consumidores.

*5º Domínio:* Dificuldades

- Identificar dificuldades na organização e funcionamento das feiras e dos produtores.

### 2.3.2. Questionário aos produtores sobre o impacto dos Circuitos Curtos Agroalimentares

O procedimento da construção do presente questionário foi moroso. Num primeiro momento, construímos o questionário com 21 perguntas, na sua maioria com resposta fechada. Esta versão do questionário foi aplicada a dois produtores (pré-teste) e foi determinado um tempo médio de preenchimento do questionário de 25 minutos. Contudo, na primeira aplicação do mesmo, na feira de Águeda, apresentaram-se duas dificuldades: a primeira foi os produtores estarem a trabalhar/vender ao mesmo tempo que respondiam; e a segunda foi o nível educacional da maior parte dos produtores, que não conseguiam responder a certas perguntas. Neste contexto, o tempo médio de resposta aumentou para, aproximadamente, 45 minutos, o que levou à desistência de resposta ao questionário por parte de alguns produtores.

Deste modo, de forma a ultrapassar estas dificuldades, o questionário foi modificado, passando a ser constituído por 18 perguntas, maioritariamente de resposta abertas (ver Anexo 2). Efetuou-se novamente um pré-teste (a dois produtores), obtendo-se um tempo médio de resposta ao questionário de 10 minutos e, na aplicação na feira, de 20 minutos.

O questionário final foi dividido em 3 partes (Anexo 2), a saber:

- *A Parte I* - Corresponde à recolha de informações sociodemográficas sobre o produtor.
- *A Parte II* - É dedicada à recolha de informações da atividade agrícola.
- *A Parte III* – Aos benefícios e dificuldades da atividade.

## 2.4. Procedimento da análise da informação

### 2.4.1. Análise de dados qualitativos

Os dados obtidos através de entrevista foram transcritos e submetidos a uma análise de conteúdo estruturada da seguinte forma: numa primeira fase, foram construídas grelhas para cada um dos domínios onde se dispuseram cada uma das perguntas que constituem cada um dos domínios. Numa segunda fase, após a transcrição das entrevistas e uma leitura atenta, foram assinaladas as respostas referentes a cada uma das perguntas colocadas na respectiva grelha e atribuíram-se nomes fictícios aos entrevistados. Finalmente, após reler as respostas colocadas na grelha, numa terceira fase, procedeu-se às inferências e seleccionaram-se as unidades de registo consideradas importantes para a construção do texto dos

resultados com recurso a algumas unidades de registo.

### 2.4.2. Análise de dados quantitativos

Os dados obtidos através do questionário foram analisados com recursos ao *software IBM SPSS Statistics* (versão 22 para Windows). A técnica estatística utilizada nesta análise foi a estatística descritiva, calculando-se frequências médias e modas. Devido ao número de casos que compõem a amostra ser muito baixo e o número de respostas serem, em muitos casos, inferiores a 5, como estatística inferencial usamos a estatística não paramétrica Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ). Mesmo neste caso, tivemos de transformar as variáveis que, de acordo com a literatura, são dois dos problemas da agricultura nacional: a idade avançada dos produtores e os baixos níveis de escolaridade. A variável “idade” foi recodificada da seguinte forma: com menos de 55 anos, de 55 a 64 anos e com mais de 65 anos. No caso da escolaridade recodificamos a variável de forma a transformá-la em variável nominal, a saber: “com escolaridade obrigatória” e “sem escolaridade obrigatória”. Foi considerado o nível de significância 0.05.

O número de participantes para a realização deste estudo foi de 22 produtores. Cada questionário tinha uma duração entre 10 a 15 minutos, aproximadamente. No que toca aos entrevistados, 5 responsáveis pelas feiras do concelho, a saber a feira de Águeda, Agadão, Fontinha (Segadães), Beco (Macinhata) e Aguada de Cima (Feira dos 2 e dos 10) foram convidados a responder a perguntas semiestruturadas de uma entrevista. Cada entrevista tinha um tempo médio estimado de 30 minutos.

### 2.5. Cronograma da investigação

Por último, apresenta-se o cronograma da investigação desde o seu início até ao seu fim (Figura 4). Optámos por ilustrar o cronograma utilizando o diagrama de Gantt, já que permite mostrar as diferentes etapas do presente trabalho, através de intervalos de tempo que representam o início e o fim de cada fase e são destacados a cores diferentes, possibilitando uma leitura rápida do trabalho desenvolvido.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

**Figura 4: Cronograma da investigação**

2019		Abril		Maio				Junho					Julho					Agosto				Set	
Início	Fim	17 <sup>a</sup> S	18 <sup>a</sup> S	19 <sup>a</sup> S	20 <sup>a</sup> S	21 <sup>a</sup> S	22 <sup>a</sup> S	23 <sup>a</sup> S	24 <sup>a</sup> S	25 <sup>a</sup> S	26 <sup>a</sup> S	27 <sup>a</sup> S	28 <sup>a</sup> S	29 <sup>a</sup> S	30 <sup>a</sup> S	31 <sup>a</sup> S	32 <sup>a</sup> S	33 <sup>a</sup> S	34 <sup>a</sup> S	35 <sup>a</sup> S	36 <sup>a</sup> S	37 <sup>a</sup> S	
24/04	17/05																						
18/05	12/06																						
12/06	16/08																						
08/07	09/08																						
12/08	31/08																						
19/08	03/09																						

Legenda:

- S** Semana
- Pesquisa Bibliográfica
- Construção dos instrumentos
- Aplicação dos instrumentos
- Inserção e tratamento de dados
- Resultados
- Discussão e conclusão

## Capítulo 3| Síntese e Discussão dos resultados

Optou-se, no presente capítulo, por começar por apresentar os resultados da análise qualitativa para depois passar aos resultados da análise quantitativa, terminando com a discussão dos resultados obtidos.

### 3.1. Resultados

#### 3.1.1. Resultados da análise qualitativa

Os CCA identificados pelos entrevistados foram as feiras do concelho, a saber a feira de Águeda, Agadão, Fontinha (Segadães), Beco (Macinhata), ou seja, um tipo de CCA com origem secular. Foram, porém, mencionadas algumas experiências desenvolvidas no concelho, como por exemplo, a PROVE iniciativa a nível nacional, sobre a qual dois entrevistados partilham da opinião de que a experiência não teve sucesso em Águeda, por não se ajustar à realidade local. Como explica um entrevistado:

“Têm um modelo que se adapta às realidades todas e acho que não se adaptava aqui em Águeda, porque se não há produtores em Águeda, não conseguem fazer um cabaz em Águeda... se tem que ir a Santa Maria da Feira ainda que seja a Aveiro buscar um cabaz, para vir trazer 2 ou 3 ou 4 ou 5 vezes a Águeda, já fica... já fica muito dinheiro gasto nos transportes. A nível logístico não compensa! Por isso é que eu acho que aquilo... Era um modelo interessante, mas acho que o mesmo modelo para todo o país não é possível” (Ernesto).

Uma outra experiência desenvolvida, por uma freguesia local com feirantes de outro distrito, que tinha como objectivo escoar o *stock*, também não resultou devido à falta de tempo dos produtores, que na sua maioria trabalham por conta de outrem.

No que diz respeito à promoção dos CCA por parte do Estado, através da Direção Regional da Agricultura e Pescas (DRAP) e Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV), a opinião é unânime em relação à burocracia exagerada destas instituições, que acabam não por promover, mas antes por colocar obstáculos em muitos casos intransponíveis. São apontados os gastos em transporte, visto que a distância entre habitação do produtor e as instituições do poder local, que se ocupam desse processo, obriga à deslocação a cada fase do processo burocrático e fica muito caro para os produtores. Por outro lado, um entrevistado afirma que não há apoio para as pessoas com baixos níveis educacionais e com idades avançadas pois têm

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

dificuldades em conseguir levar o processo avante:

no caso de animais as burocracias que há para ter um animal, são exageradas, quem está na DRAP e na DGAV não faz minimamente, não tem noção da realidade, não tem noção que muitas pessoas para irem resolver, para tirar uma guia de um animal, para transportar um animal para o matadouro, têm de ir de táxi deslocar-se de casa à Câmara ,por exemplo, de táxi e os táxis são caros, não têm noção que são pessoas velhas, que são pessoas desinformadas, que muitas vezes são pessoas analfabetas, não facilitam minimamente a vida às pessoas[...] não conseguem resolver nada vêm embora e desistem.” (Ernesto)

E outro entrevistado considera que as explorações de pequena dimensão são discriminadas, em comparação com as de grande dimensão, sendo explorações do concelho de Águeda sobretudo minifúndios. Estas propriedades, exploradas pelo agricultor e pela sua família, absorvem a força de trabalho de quem nelas trabalham, garantido subsistência, progresso social e económico, mas acabam por não ser apoiadas, não se promovendo a agricultura no concelho (Costa & Paulino, 1992).

Dando conta da realidade local sobre os subsídios agrícolas, um entrevistado explica da seguinte forma:

“Havia pessoas a receber 30 ou 40euros nem valia a pena terem o subsídio, então em 2013 eles criaram o RPV, que é regime na agricultura, que... Estabelecia o limite de 500€, ou seja, cada pessoa tinha de receber o mínimo de 500€, quem estava no RPV que recebia baixo de 500€, podia mudar para o RPA e passava a receber 500€” (Ernesto)

Contudo, recentemente foi criado o Estatuto de Agricultura Familiar (Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de Agosto de 2018) que, de acordo com o mesmo entrevistado, prejudica mais os agricultores do que beneficia porque, mais uma vez, mostra desconhecimento da realidade local.

Se for ver as condições para o estatuto, para adquirir o estatuto tem-se de passar de um ordenado fraco para miserável porque 80% do teu rendimento tem de vir da agricultura 20% de outros...Eu não li...mas é assim uma coisa [...] Houve pessoas que sim, que ouviram falar daquilo na altura, na televisão [...] Começaram a ver os requisitos e não vale a pena, não vale a pena, ter o estatuto até porque depois o benefício, aquilo era um benefício fiscal irrisório que não justificava o esforço. (Ernesto)

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

No que concerne aos incentivos para apoiar a agricultura local, a Câmara Municipal de Águeda não afere, nem tem iniciativas para apoiar a agricultura do concelho. Os apoios mencionados das instituições que os entrevistados representam são direccionados à realização das feiras, como por exemplo os produtores não pagam despesas como água, luz e manutenção do espaço de venda.

Importa referir que é unânime a opinião dos entrevistados sobre a necessidade de encontrar formas para dinamizar a agricultura, contudo, não há verbas disponíveis e alocadas para o fazer, assim como não existe produtores suficientes que o justifiquem. Um dos entrevistados, sobre a dinamização das feiras, diz:

Isto terá que ser tudo muito bem pensado, porque começar com atividades por exemplo culturais na feira sem ter feirantes é uma chatice...porque o ônus da questão são os feirantes...as pessoas vão à feira não é para ver a tocata...as pessoas vão à feira para comprar... pelos feirantes... por causa dos feirantes...por causa dos feirantes sim, sim... agora temos de arranjar se calhar e é isso que andamos a perspetivar e a ver bem o que vamos fazer, temos de arranjar alguma forma de fixar mais alguns feirantes. (Justino).

A organização das feiras é maioritariamente da responsabilidade do poder local, Câmara e freguesias, existindo também feiras organizadas por associações locais. Embora os entrevistados afirmem que estas estão organizadas de acordo com o regulamento, verifica-se que sabem da sua existência, mas desconhecem o conteúdo (Câmara Municipal de Águeda, n.d.). Ou seja, pouco sabem sobre as condições de comercialização e a garantia da qualidade dos produtos vendidos nas feiras. Esta falta de conhecimento verifica-se, igualmente, na resposta à pergunta de quem são os feirantes, dando respostas como: “Não sabemos quem lá está, serão sempre à volta sei lá, mais ou menos 40 por semana” (Albertina) e sobre a percentagem aproximada de produtores e vendedores as respostas são “A falar sobre isso, em termos de percentagem qual a percentagem aproximada de produtores versus vendedores....isso tenho que fazer um levantamento” (Albertina) e ainda “Não faço ideia. Sim...Não sei!” (Ernesto), demonstrando um total desconhecimento do que se passa nas feiras. O mesmo se verifica sobre a distribuição, ou seja, como são transportados os produtos até à feira “a distribuição e o transporte isso tem a ver com eles [produtores] ” (Justino). E um dos entrevistados afirma mesmo que “de um modo geral o mercado é gerido pelos próprios produtores” (Mariposo).

Deste modo, também não foram capazes de caracterizar os produtores, sendo apenas mencionado que a atividade agrícola é passada de pais para filhos e é um

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

negócio familiar “Os de cá, são todos de família de tradição de feirantes são quase todos feirantes, são todos ou irmãos ou cunhados ou...” (Custodio) e que “a maior parte dos produtores não são de Águeda” (Ernesto). Um dos entrevistados afirma que existe falta de iniciativa e passividade por parte dos produtores a nível geral, dando como exemplo a experiência das cooperativas locais.

O produtor em Portugal é desleixado. É desleixado, uma pessoa que não se informa pá, é bom pelo lado mais fácil, isto das cooperativas tem para aí 30 anos, as cooperativas de leite, começaram com as cooperativas pequenas os produtores entregavam tudo, olha ok é vosso, depois paguem ao preço que quiserem, na altura aquilo ia dando dinheiro dava para distribuir por todos e quem estava à frente das cooperativas não se aproveitava tanto, mas depois aquilo começou a dar e as cooperativas começaram-se a juntar e quanto mais comem mais querem comer... o produtor português é desleixado.... Continua a alinhar. (Ernesto)

Sobre os benefícios das feiras para o concelho de Águeda, as respostas são “Nada...É só tradição.” (Custódio), “agora nesta altura muito pouco... Pouco, não é?... Muito pouco...Porque dá vida a meia dúzia de pessoas que já têm, exacto, que já têm a sua idade e não dão mais que isso” (Mariposo). Deste modo, os benefícios apontados são de ordem social: i) manter a tradição, ii) dar resposta às necessidades das pessoas de idade “As que vão são as que têm os tais 60 anos têm hábito ou se estão em casa dão num passeio e pouco mais” (Custódio), iii) promover a convivência e interacção entre as pessoas, como afirma um entrevistado:

A vantagem é a questão social as pessoas vão conviver, conversar um bocado, pouco mais que isso... socialmente acho que isso não tem preço, conversam com o vendedor para comprar aquilo que acham que é o melhor para elas não é impessoal como uma prateleira qualquer... há uma conversa, há um concelho, há uma risota há um copo em comum (Justino).

No que concerne aos benefícios económicos, estes são considerados de “pequena escala” (Justino), “uma boa ajuda a nível de percentagem de rendimentos familiares” (Ernesto), ainda que os benefícios económicos não sejam para o concelho, já que “quase todos os feirantes não são de cá, ou seja, tudo o que as pessoas compram na prática o dinheiro não fica no concelho” (Justino).

No que respeita às dificuldades, foram apontadas as seguintes por ordem decrescente: não existem renovação dos agricultores (todos os entrevistados); não há

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

produtores (todos os entrevistados); poucos clientes (3 entrevistados); concorrência das grandes superfícies (3 entrevistados); o preço dos produtos acaba muito elevado (2 entrevistados); os jovens estão a sair do concelho (dois entrevistados); não há incentivos (2 entrevistados), o ordenamento do território (1 entrevistado), apenas as grandes explorações conseguem ter compensação monetária e são poucos (dois entrevistados); falta de equipamento (1 entrevistado); a necessidade de contratar pessoas (1 entrevistado); pouca variedade dos produtos (1 entrevistado); alteração do consumo (1 entrevistado); falta de divulgação das iniciativas (1 entrevistado).

Embora a pergunta não tenha sido colocada directamente, na análise das entrevistas encontraram-se sugestões e/ou estratégias sugeridas pelos entrevistados para ultrapassar o impasse que vive a agricultura no concelho:

### 1) Investir nos jovens e na inovação:

“Dar lugar a coisas novas e diferentes a malta nova eu sou daqueles que defende os novos, tu e não é que seja velho mas já estou na fase de, em termos de capacidade e tudo mas comparado com o nosso tempo, somos tótós não sabemos nada, nós éramos um zero à esquerda, não tínhamos internet, não tinha telefones, não tinha formação nenhuma” (Custódio).

### 2) Modificar políticas que intercedam na concorrência desleal das grandes superfícies.

“Daquilo que eu sei, no estrangeiro por exemplo numa França uma Suíça isso não acontece os supermercados estão fechados ao domingo chega àquela hora durante a semana fecham” (Justino).

### 3) Modificar o paradigma atual que beneficia os grandes produtores e *lobbies* estabelecidos.

“Nem é uma questão de IRS pronto se vender pouco não paga pronto mas é uma questão de Segurança Social as pessoas não ganham não me venha cá com as histórias da saúde não tem nada haver com isso... é a pressão dos grandes produtos económicos que fazem sobretudo, quando tu queres eliminar a concorrência é muito simples colocas regras e encargos” (Justino).

### 4) Encontrar novas formas de vender o produto

“Mais postos de venda se calhar não? Uma coisa é o produtor ter o próprio posto de venda, ir para o mercado e vender...Sim ...o outro era criar, mas nem todos têm jeito, nem todos têm tempo...pois não... Era por exemplo, criar uma loja no mercado, por exemplo, uma pessoa chegava lá...eu, estou interessado em abrir

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

uma loja, com os vossos produtos, vamos ter de trabalhar desta forma, fazer este tipo de produtos nestas épocas ...uma micro associação...isso mesmo...por exemplo” (Ernesto).

- 5) Dar formação aos jovens da localidade e sensibilizar os jovens das cidades “Fazer *workshops*, era dar uns trabalhitos para eles andarem aí os garotos, formações e etc. (Custódio); “Também mais num contexto da cidade, não era?... Pois, deve haver miúdos que julgam que o leite vem do frigorífico...e que os tomates vêm do continente e coisas assim do género.” (Justino).

### 3.1.2. Resultados da análise quantitativa

O número de participantes no estudo qualitativo foi de 22 produtores, 73% do sexo feminino e 27% do sexo masculino, maioritariamente de nacionalidade portuguesa (92%) e com idades compreendidas entre os 41 anos e os 79 anos. Ainda, no que concerne à idade, 63% dos participantes têm mais de 55 anos e 37% têm menos de 55 anos, sendo a média de idade de 61 anos, com um desvio padrão de 11,108. A escolaridade dos participantes distribui-se desde os que não têm o primeiro ciclo completo aos que têm ensino superior, 32% têm a escolaridade obrigatória (12º ano em Portugal) e 68% não têm a escolaridade obrigatória. Relativamente ao agregado familiar dos produtores, este é maioritariamente de pequena dimensão (50%) e média dimensão (41%) e, no que concerne à naturalidade, 64% são naturais do concelho de Águeda e 36% não são (Tabela 5).

**Tabela 5: Características sociodemográficas dos produtores participantes, por frequência (n) e percentagem (%)**

	Frequência (n)	Percentagem (%)
<b>Sexo</b>		
Feminino	16	73%
Masculino	6	27%
<b>Idade</b>		
36-45 anos	3	14%
46-55 anos	5	23%
56-65 anos	6	27%
+ de 65 anos	8	36%
<b>Nacionalidade</b>		
Portuguesa	20	92%
Ucraniana	1	4%
Venezuelana	1	4%
<b>Naturalidade</b>		
Concelho de Águeda	14	64%
De outros concelhos	8	36%
<b>Escolaridade</b>		
1º Ciclo Incompleto	1	4%
1º Ciclo	7	32%
2º Ciclo	1	4%
3º Ciclo	6	28%
Secundário	5	23%
Ensino Superior	2	9%
<b>Composição do agregado familiar</b>		
1 a 2 pessoas	11	50%
3 a 4 pessoas	9	41%
5 a 6 pessoas	2	9%
<b>Proveniência do rendimento familiar</b>		
Exclusivamente da exploração agrícola	6	27%
Maioritariamente da exploração agrícola	4	18%
Maioritariamente fora da exploração agrícola	12	55%

No que concerne ao rendimento familiar, este é oriundo maioritariamente de outras atividades económicas que não a atividade agrícola (55%), sendo que 18% são agregados em que a maior de rendimento é a exploração (18%) e 27% subsiste apenas da atividade agrícola. Os rendimentos que provém de outras atividades económicas são da Pensão/Reforma (32%), por conta de outrem (24%), revenda de

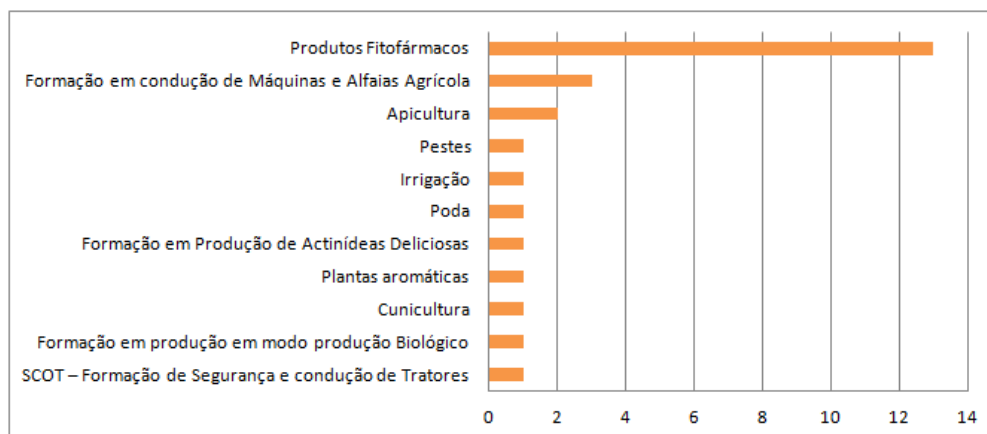
## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

produtos agrícolas nas feiras (20%), o subsídio do milho (20%) e negócio próprio (4%), que corresponde a apenas uma pessoa. 73% dos produtores afirmam que a exploração agrícola não garante a sua subsistência e 23% dizem que sim. Apura-se, ainda, que a proveniência do meio de subsistência está relacionado com a idade ( $\chi^2_{(4)}=10,371$ ,  $p=0,035$ ), sendo as pessoas com mais idade aquelas que têm maioritariamente um rendimento que vem de fora da exploração (Pensão/reforma), mas não está relacionado com a escolaridade a ( $\chi^2_{(2)}=2,410$ ,  $p=0,300$ ).

No que diz respeito a alguns dos trabalhadores na exploração terem formação agrícola, verificou-se que em 68% (n=15) dos casos existe alguém com formação e 32% (n=7) dos casos não tem ninguém a trabalhar na exploração com qualquer tipo de formação agrícola.

Na Figura 5 ilustra-se os tipos de formações adquiridas. Importa referir que, em apenas três casos, se verifica que, do conjunto das pessoas que trabalham na exploração, estas têm mais de 1 formação, sendo que em um dos casos são 9 formações, outro 4 e em outro 3. Na procura de compreender quem eram os produtores que na sua exploração acumulavam maior saber/saber, verificou-se que são dois agricultores com ensino secundário e um com ensino superior, 2 com idades compreendidas entre os 56 e os 65 anos e 1 entre os 34 e os 45 anos.

**Figura 5: Formação Profissional Setorial**



Pareceu relevante saber se o produtor, direta ou indirectamente, tinha relação com associações de produtores ou cooperativas. Assim, a pergunta foi formulada da seguinte forma: alguém que trabalha na exploração pertence a uma cooperativa ou associação e quais. Os dados recolhidos demonstram que 64% (n=14) dos produtores não têm qualquer relação com associações agrícolas ou cooperativas e 36% (n=8) têm, sendo as associações referidas as seguintes: Associação Agrícola de Labradores

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

de Águeda (1), Associação Empresarial de Estarreja (1), Porto Clérigo (1), Associação de Apicultores do Litoral Centro (1) e Unimadeiras (1). E as Cooperativas a Calcob (3); Coopbei (1), Kiwicoop (1) e Lousamel (1).

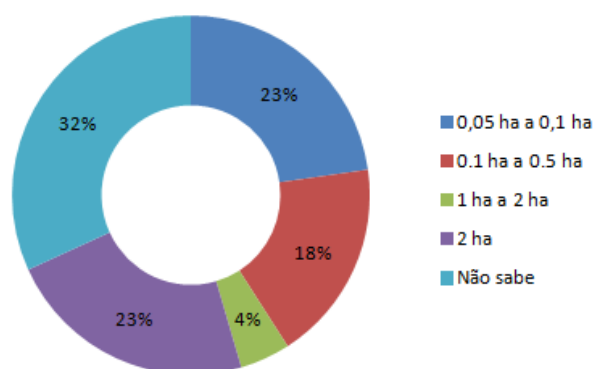
Apenas dois casos têm relação com mais de uma organização, sendo dois dos casos mencionados anteriormente em relação ao número de formações (um indivíduo com ensino superior e outro com o secundário, com idades compreendidas entre os 56-65 anos).

A área total agrícola explorada para a produção dos produtos varia entre 500 m<sup>2</sup> a 20 000 m<sup>2</sup> (Figura 6), e esta pergunta não foi respondida por 7 pessoas, que afirmavam não saber qual a dimensão da sua propriedade.

A maior parte dos produtores (69%) vende produtos de espécies diferentes, na generalidade, produtos hortícolas e frutícolas. Os produtos mais vendidos - na altura da recolha de dados<sup>5</sup> - são maioritariamente os produtos hortícolas, que apresentamos por ordem decrescente de acordo com o número de produtores que vende o produto: alface (n=11); tomate (n=10); cebola (n=9); couve (n=8); batata (n=7); feijão (n=7); milho (n=6); pimentos (n=5); cenoura (n=4); pepino (n=4); alho francês (n=4); *courgette* (n=2); beterraba (n=2); azeitonas (n=1); salsa (n=1); chuchu (n=1); espinafres (n=1); nabo (n=1); alho (n=1).

No que concerne às culturas de fruto: Ameixa (n=3); maçã (n=1); pera (n=1); pêssigo (n=1); kiwis (n=1); limões (n=1) e pequenos frutos: morangos (n=1); framboesa (n=1). Os outros produtos são o mel (n=2) e a madeira (n=1).

**Figura 6: Área total das explorações (ha)**



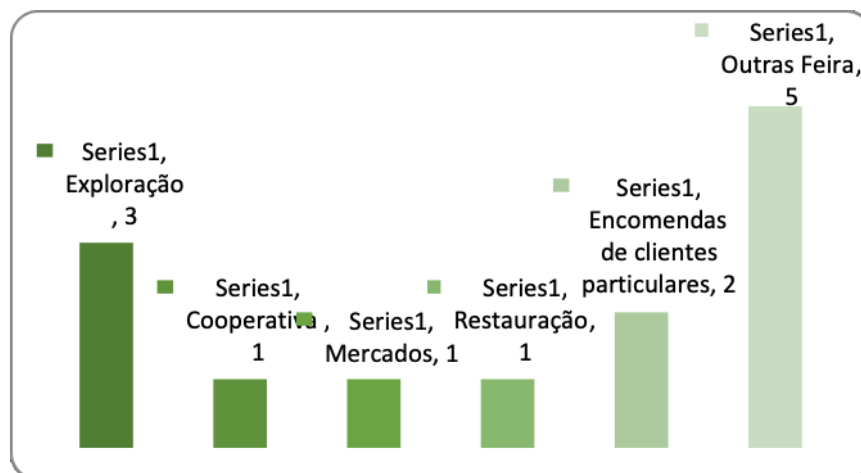
<sup>5</sup> Sendo as culturas agrícolas, numa grande maioria, sazonais, é preciso destacar que os dados foram recolhidos entre os meses de junho e agosto.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

No que concerne aos meios utilizados para venda do produto, apura-se que os produtores utilizam poucos meios para venda. Dos 15 canais de distribuição (fundamentadas na Figura 7, do presente estudo) verificou-se que para além das feiras (5), vendem na exploração (3), por encomendas particulares (2); na cooperativa (1); mercados (1) e restauração (1). (ver Figura 7).

Importa salientar que outros tipos de formas/locais de venda, tais como lojas locais; cabazes; retalhistas; grossistas; unidades de turismo; por internet; bancas de venda na estrada, associações agrícolas; instituições, públicas e privadas, não foram mencionadas. Assim, apenas 6 dos 15 canais de distribuição possíveis são utilizados pelos produtores.

**Figura 7: Canais de venda dos produtos utilizados pelos produtores**



As feiras em que os produtores vendem os seus produtos estão localizadas por diversos concelhos do centro de Portugal. As feiras do concelho de Águeda referidas foram: Águeda; Beco; Fontinha; Macinhata e Segadães; 2 feiras do concelho de Aveiro; 2 feiras do concelho de Ílhavo; 2 feiras do concelho de Oliveira do Bairro; 2 feiras do concelho de Coimbra; 1 feira do concelho de Vagos; 1 do concelho de Cantanhede e 1 do concelho do Vouga. Destaca-se que o concelho mais distante é o de Coimbra que dista, aproximadamente, 48 km de Águeda e representa uma viagem de cerca de uma hora (Figura 8).

**Figura 8: Concelhos da Região Centro de Portugal**



Fonte: <https://www.flickr.com>.

Quanto ao futuro dos respondentes, verifica-se que 73% dos produtores vai dar continuidade à atividade e que 27% pensa desistir. Verifica-se que nem a idade ( $\chi^2_{(2)}=1,546$ ,  $p=0,462$ ) nem a escolaridade ( $\chi^2_{(2)}=0,873$ ,  $p=0,350$ ) estão relacionadas com esta decisão (Figura 9).

Quanto ao futuro dos respondentes, verifica-se que 73% dos produtores vai dar continuidade à atividade e que 27% pensa desistir. Verifica-se que nem a idade ( $\chi^2_{(2)}=1,546$ ,  $p=0,462$ ) nem a escolaridade ( $\chi^2_{(2)}=0,873$ ,  $p=0,350$ ) estão relacionadas com esta decisão (Figura 9).

Por outro lado, 41% dos inqueridos afirmam que vão diminuir a produção, 36% que vão manter e 36% que vão aumentar. Apura-se que a idade está relacionada com esta decisão ( $\chi^2_{(4)}=10,749$ ,  $p=0,030$ ), sendo as pessoas que têm mais de 65 anos as que pensam diminuir a produção, bem como a escolaridade ( $\chi^2_{(2)}=9,670$ ,  $p=0,008$ ), sendo as pessoas com menos escolaridade as que afirmam pensar diminuir a produção (Figura 9).

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

No que concerne, à intenção de diversificar a oferta, 18% dos produtores dizem que vão diversificar e 82% dizem que não. Verifica-se que a idade não está relacionada com esta decisão ( $\chi^2_{(2)}= 5,098$ ,  $p=0,078$ ), mas a escolaridade está ( $\chi^2_{(1)}= 10,476$ ,  $p=0,001$ ), sendo as pessoas com mais estudos os que pretendem diversificar a sua oferta no futuro (Figura 9).

Já em relação ao desenvolvimento de atividades complementares que promovam a sua exploração, 14% dos produtores afirmam que têm intenção de desenvolver atividades complementares e 86% dizem que não têm esta intenção. São as pessoas com maior escolaridade que pretendem encontrar outras formas de rentabilizar o seu negocio ( $\chi^2_{(1)}= 7,444$ ,  $p=0,006$ ), e a idade não está relacionada com esta decisão ( $\chi^2_{(2)}= 3,077$ ,  $p=0,215$ ) (Tabela 6).

**Tabela 6: Perspetivas dos produtores em relação ao futuro**

	Frequência (n)	Percentagem (%)	Idade $\chi^2$ (p)	Escolaridade $\chi^2$ (p)
<b>Continuidade</b>				
Continuar	16	73%	$\chi^2_{(2)}= 1,546$ ( $p=0,462$ )	$\chi^2_{(1)}= 0,873$ ( $p=0,350$ )
Desistir	6	27%		
<b>Produção</b>				
Aumentar a produção	5	23%	$\chi^2_{(4)}= 10,749$ ( $p=0,030$ )	$\chi^2_{(2)}= 9,670$ ( $p=0,008$ )
Diminuir a produção	9	41%		
Manter a produção atual	8	36%		
<b>Diversificar a oferta</b>				
Sim	4	18%	$\chi^2_{(2)}= 5,098$ ( $p=0,078$ )	$\chi^2_{(1)}= 10,476$ ( $p=0,001$ )
Não	18	82%		
<b>Desenvolver atividades complementares</b>				
Sim	3	14%	$\chi^2_{(2)}= 3,077$ ( $p=0,215$ )	$\chi^2_{(1)}= 7,444$ ( $p=0,006$ )
Não	19	86%		
<b>Candidatar-se a medidas de apoio</b>				
Sim	3	14%	$\chi^2_{(2)}= 0,287$ ( $p=0,866$ )	$\chi^2_{(1)}= 1,945$ ( $p=0,163$ )
Não	19	86%		
<b>Vender os produtos na internet</b>				
Sim	4	18%	$\chi^2_{(4)}= 6,384$ ( $p=0,172$ )	$\chi^2_{(2)}= 5,002$ ( $p=0,082$ )
Não	16	72%		
Talvez	2	9%		

No que diz respeito à solicitação de apoios no futuro, 86% dizem que não se vão candidatar a apoios e 14% dizem que têm essa intenção. Nem a idade ( $\chi^2_{(2)}= 0,287$ ,  $p=0,866$ ) nem a escolaridade estão relacionadas com esta resolução ( $\chi^2_{(1)}= 1,945$ ,  $p=0,163$ ).

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

Finalmente, sendo extremamente importante o uso das tecnologias em qualquer tipo de negócio, actualmente, 72% afirmam que não vão usar a ferramenta internet, 18% dizem que sim e 9% dizem que talvez use. Apura-se que esta decisão não está relacionada com a idade dos produtores ( $\chi^2_{(4)} = 6,384$ ,  $p = 0,172$ ) nem com a escolaridade ( $\chi^2_{(2)} = 5,002$ ,  $p = 0,082$ ) (Figura 9).

Conclui se, ainda, que os produtores apontam mais dificuldades do que benefícios no desenvolvimento desta atividade. Os benefícios mencionados foram, por ordem decrescente: Ocupação diária e de tempos livres (8); convivência (6); rendimentos extra (5); fidelização dos clientes (4); permite não entrar numa rotina (3); orgulho em vender produtos produzidos de forma convencional (2); venda personalizada (2); receber um preço justo pelo produto (2) e apuramento de um salário ao final do mês (2).

As dificuldades atribuídas à atividade agrícola abrangem diferentes níveis, sendo o nível mais destacado a concorrência, não só das grandes superfícies, como também entre os próprios produtores. A publicidade e *marketing* é outra dificuldade apontada por vários produtores, seguindo-se as dificuldades a nível económico, de falta de apoios e organização, falta de recursos materiais e físicos, condicionamentos sociais – culturais, económicos e relacionais – e, por último, é mencionada a burocracia que têm de enfrentar para avançar com qualquer proposta de desenvolvimento da atividade (Tabela 6).

**Tabela 6: Dificuldades mencionadas pelos produtores por nível e frequência**

DIFICULDADES MENCIONADAS PELOS PRODUTORES POR NÍVEL E FREQUENCIA																							
DIFICULDADES	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20	P21	P22	TOTAIS
Concorrência das grandes superfícies		1	1						1	1		1		1	1						1		8
Concorrência desleal entre produtores			1		1					1						1	1						5
Falta de publicidade	1																	1	1	1	1		5
Pouca procura		1		1		1				1													4
Dificuldades em apurar um ordenado no final do mês		1																					1
Dificuldade de escoamento dos excedentes agrícolas	1																						1
Consumo das frutas e legumes com tendência a diminuir																	1						1
Falta de informação	1																	1			1		3
Falta de apoio e cooperação da Camara municipal de Águeda	1										1												2
Falta de incentivos	1																						1
Falta de organização dos produtores	1																						1
Condições das infraestruturas desfavorável aos produtores							1	1															2
Falta de Equipamentos	1																						1
Conflitos interpessoais entre os agricultores												1											1
Desvalorização do trabalho agrícola									1														1
Ausência de poder económicos dos clientes																1							1
Burocracia excessiva nas novas iniciativas		1																					1
TOTAIS	7	4	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	1	0	1	3	2	2	1	1	3	0	

Legenda: P= produtores

### 3.2. Discussão dos resultados

Nesta discussão dos resultados sistematiza-se, analisa-se e integra-se os resultados no caminho percorrido até este ponto da dissertação. De acordo com Burns

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

(2018), a discussão dos resultados é uma fase da dissertação na qual o investigador tem mais liberdade, mas também é a mais difícil.

Optamos por estruturar o texto seguindo um caminho que consideramos lógico, procurando responder aos objetivos da tese através da triangulação dos resultados das entrevistas, questionários e do enquadramento teórico.

As explorações agrícolas do concelho de Águeda são maioritariamente propriedades denominadas minifúndios. Na maioria dos casos, esta atividade não é o principal meio de subsistência familiar, pois apenas 27% dos casos da amostra vive exclusivamente da exploração agrícola, embora as outras fontes de rendimento estejam relacionadas com a atividade agrícola, e 24% trabalha por conta de outrem, sendo esta uma atividade complementar.

O cenário relativamente à idade dos nossos agricultores é bastante negativo, visto que a pessoa mais nova da amostra já tem 41 anos e 36% da amostra têm mais de 65 anos, ou seja, já se encontram na reforma. Este resultado não é surpreendente, visto que é uma circunstância transversal à agricultura nacional e à UE (INE, 2017; Comunidade Europeia, 2019).

Na nossa opinião, estas duas circunstâncias justificam, em grande parte, o número reduzido de produtores no concelho de Águeda, facto mencionado por todos os entrevistados e confirmado pela dificuldade que tivemos de encontrar produtores, aquando a constituição da nossa amostra.

Ao procurar compreender quem são as pessoas que continuam a apostar na agricultura, chega-se rapidamente à conclusão de que a agricultura, neste momento, no concelho de Águeda, mantém-se por tradição familiar, mas que no futuro está em risco, visto que as gerações mais jovens não são cativadas para dar continuidade à atividade.

Assim, os canais que identificamos no nosso estudo são também eles tradicionais, destacando-se as feiras como o principal canal, seguido da venda na exploração e por encomendas a particulares. Canais de distribuição como venda cooperativas, restauração e mercados são utilizados por poucos e lojas locais; cabazes; retalhistas; grossistas; unidades de turismo; por internet; bancas de venda na estrada, associações agrícolas e instituições, públicas e privada (Chaffotte & Chiffolleau, 2007), nem sequer são referidas. Conclui-se, assim, que os produtores têm poucas estratégias para a venda do seu produto, mantendo os canais tradicionais de venda, podendo mesmo dizer seculares, o que demonstra falta de empreendedorismo dos produtores locais.

Focando-nos no principal canal de distribuição - as feiras - os participantes do nosso estudo (participantes privilegiados e produtores) identificaram todas as feiras

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

existentes no concelho de Águeda que são: Águeda, Agadão, Segadães, Fontinha, Beco e Macinhata. De referir que o poder local apenas referiu este tipo de canal de distribuição, embora tenha sido referido diferentes experiências que não resultaram, tanto devido ao desconhecimento da realidade local, como é o caso da distribuição de cabazes, como devido à falta de tempo dos produtores, no caso de uma experiência de venda a retalhistas de outros distritos.

Contudo, os produtores fazem feiras em distritos e concelhos vizinhos, localizados no centro de Portugal, sendo identificada como a maior distância percorrida os 48km da cidade de Águeda até à cidade de Coimbra.

De acordo com o critério de número de intermediários utilizado por Chaffotte & Chiffolleau (2007) para definir os tipos de CCA, podemos afirmar que o circuito direto realizado entre o produtor e o cliente sem intermediários é o que melhor caracteriza os CCA do concelho de Águeda. E, de acordo com o critério de distância que resulta no conceito de circuitos curtos de proximidade (Ferrari, 2011), as cadeias *face to face* são as utilizadas pela maior parte dos produtores.

Porém, o circuito direto e/ou *face to face* não são os únicos utilizados, já que os produtores que vendem na feira para rentabilizar o negócio revendem produtos que não produzem. Contudo, os nossos dados não nos permitem afirmar qual ou quais os tipos de CCA utilizados na revenda, ou seja, podem ter um intermediário, dois ou mesmo mais (Chaffotte & Chiffolleau (2007)). Deste modo, consideramos que existe uma pluralidade do tipo de circuitos curtos, sendo o circuito curto direto o mais utilizado.

Uma vez que quem organiza as feiras são as instituições do poder local, foi preocupante compreender que o conhecimento que têm sobre os produtores é um conhecimento de senso comum e superficial, já que não conseguem quantificar quantos produtores têm nas feiras que organizam, nem especificar o número de pessoas que vendem nas feiras, como são transportados os produtos e como são controladas as regras da lei que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas (Lei n.º 347/671, de 20 de dezembro de 2013). Contudo, declaram que as feiras são organizadas respeitando a lei e mencionam a lei. Estes resultados levam-nos a concluir que, ao longo dos anos, as feiras foram-se adaptando aos novos decretos, cumprindo apenas com obrigatoriedade de novas exigências, mas nunca pensadas com seriedade e iniciativa para promover este canal de distribuição que tanto contribui para a vida de alguns cidadãos do concelho. Com efeito, o nosso estudo mostrou que a maior parte das tarefas de organização está a cargo dos produtores feirantes, que se queixam da falta de apoio das entidades locais.

Embora tenha sido referido inúmeras vezes a necessidade de dinamizar a

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

agricultura local, bem como as políticas e iniciativas não estarem adaptadas à realidade local, remetemos este discurso para o socialmente correto, posto que não existe um diagnóstico rigoroso e sério que faça um esboço científico e não de senso comum sobre a agricultura do concelho. Pelo que a nosso ver, sem um trabalho que reúna informações sobre as explorações, os produtores, os seus problemas, as formas de distribuição e escoamento dos produtos, os benefícios, possíveis das estratégias sugeridas por quem vive o problema, etc., não é possível dinamizar e construir iniciativas adaptadas à realidade local. Na verdade, se não se conhece essa realidade como seria possível?

Parafraseando Amaro (2003), este define o desenvolvimento local como “um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003). Assim, podemos afirmar, de acordo com os nossos resultados, que no concelho de Águeda ainda não se começou a pensar seriamente sobre o desenvolvimento local.

No que diz respeito aos apoios do Estado, através da DRAP e DGAV, a burocracia exagerada destas instituições acaba por colocar obstáculos em muitos casos intransponíveis. Pessoas com baixos níveis educacionais e com idades avançadas não conseguem levar o processo de solicitação de subsídios avante, e aqueles que têm capacidades cognitivas e sociais para o conseguir, acabam por desistir porque os encargos monetários, o tempo despendido e o desgaste pessoal com as inúmeras deslocações até às instituições do poder local que se ocupam desse processo, não compensa. Tomemos como exemplo o atual Estatuto de Agricultor Familiar que, de acordo com os nossos resultados, não traz benefício aos produtores do concelho de Águeda. Para beneficiar deste estatuto, 80% do rendimento familiar tem de vir da agricultura, mas como referido anteriormente, poucas são as famílias que vivem apenas de rendimentos da exploração pois, entre muitas outras razões, as explorações são de pequena dimensão, logo este estatuto não é adequada à grande maioria dos produtores do concelho. Assim, estamos de acordo com Pires (2017), quando afirma que a nível político existe um conjunto de restrições de diversa ordem que podem condicionar a expansão dos CCA.

Ao longo do trabalho de campo fomos nos apercebendo de que existe, de forma geral, o sentimento de impotência, injustiça e frustração, pois a maior parte dos apoios são atribuídos a quem têm explorações de grande dimensão. A justificação pode estar no facto de os interesses económicos promoverem a agricultura monocultura e não interessar promover a agricultura minifúndio. A nosso ver, este facto justifica a taxa de

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

resposta de 86% dos produtores em não terem intenção de solicitar apoios no futuro. Ainda, no que concerne aos apoios prestados pelas instituições representadas pelos entrevistados, estes são referentes à manutenção do espaço, organização das feiras, pagamento de água, luz e limpeza.

Neste cenário, parece-nos congruente que as pessoas que participaram no nosso estudo apontem mais dificuldades do que benefícios da atividade agrícola. Os produtores mencionam, por ordem decrescente, a concorrência, a falta de publicidade e *marketing*, fatores económicos (e.g. a dificuldade em escoar o produto e de ter um ordenado ao fim do mês que provenha da atividade); a falta de apoios e organização (e.g. a falta de informação, falta de apoio do poder local, de incentivos e a falta de organização dos produtores); falta de recursos físicos e materiais; problemas sociais (e.g. conflitos entre produtores e falta de poder económico dos consumidores) e a burocracia excessiva às novas iniciativas. Já os representantes do poder local mencionam como dificuldades, por ordem decrescente, o facto de não existir renovação dos agricultores; não haver produtores; existência de poucos clientes; concorrência das grandes superfícies; preço dos produtos, que acaba muito elevado; os jovens estarem a sair do concelho; não haver incentivos; falta de equipamentos; a necessidade de contratar pessoas; pouca variedade dos produtos; alteração do consumo; e falta de divulgação das iniciativas.

As dificuldades apontadas correspondem às já identificadas e mencionadas na literatura (ver enquadramento teórico), contudo, tendo consciência destas dificuldades, a nossa proposta, assim como de vários autores (Ferrari, 2011; Tibério, 2013; Corade & Blanc, 2015) é o desenvolvimento dos CCA.

Consideramos que as dificuldades identificadas estão interrelacionadas, ou seja, são causas e efeitos umas das outras, por exemplo, a concorrência que é apontada como uma das maiores dificuldade poderia ser ultrapassada se apostassem na diversidade dos produtos, já que os produtores competem entre si porque vendem o mesmo produto, o que por um lado diminuiria os conflitos entre produtores e, por outro lado, poderia contribuir para resolver a dificuldade relativa à falta de organização dos produtores. E muitos outros exemplos poderiam ser dados.

De forma geral, e de acordo com as pessoas que envolvemos no nosso estudo, a agricultura do concelho, na nossa opinião, está em decadência. As pessoas sentem-se desmotivadas e não se repõem os agricultores, que estão cada vez mais envelhecidos.

Pensamos que a mudança da mentalidade das pessoas é muito importante porque a resposta que mais nos foi dada foi a resposta fácil de atribuir as culpas aos outros. Uns culpam os produtores pela falta de iniciativa e passividade e outros culpam

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

o Estado e as organizações pela falta de apoios e incentivos. A nosso ver, é necessário compreender que não podemos estar sempre a atribuir a responsabilidade uns aos outros, pois tal não dá resultados positivos, pelo contrário conduz-nos ao caminho atual de declínio da agricultura local. É importante que as pessoas, antes de mais, se perguntem qual a sua responsabilidade e contribuição para este cenário. E o que pode fazer para reavivar a agricultura local, que tanto pode contribuir para o desenvolvimento rural e local, beneficiando toda a comunidade.

Assim, consideramos que se criou um sistema que funciona em círculo e que deve ser quebrado. Muito resumidamente, este começa pelas políticas que se efetivam através de uma burocracia exagerada, que resulta na falta de incentivos (não só económicos mas também motivacionais) que, por sua vez, se traduz em passividade (não só dos produtores mas também do poder local), passividade esta que conduz as pessoas a não fazerem as suas exigências, nem a terem iniciativa e, conseqüentemente, não fornecem informação sobre a realidade local que permita a criação de leis e normas que se adaptem à realidade, e aqui recomeça o ciclo.

Embora este ciclo envolva uma complexidade enorme, parece-nos que os atores do concelho de Águeda precisam ter como referência casos de sucesso de CCA de outras localidades, sejam experiências a nível mundial, europeu e nacional (ver exemplos no enquadramento teórico), não para aplicar como receita, mas sobretudo para encontrar formas de favorecer a produção e o consumo local e para desenvolver um sistema alternativo fundamentado na dinâmica de uma agricultura de proximidade que cria “laços” de confiança e apoio entre todos os atores, produtores, consumidores e instituições locais (Ferrari, 2011).

Os CCA são uma estratégia que pode contribuir para o desenvolvimento rural e local que nos parece tão necessário para o concelho, mas para isso é fundamental um trabalho colaborativo com relações democráticas, alimentadas com uma liderança forte, estável e direcionada (Tibério, 2013) e, como afirma Scatolin (1989), esta mudança deve partir do ser humano e da sociedade, de forma a obrigar a uma ou a várias transformações de ordem económica e política.

Apesar dos nossos resultados não poderem ser generalizados aos produtores do concelho de Águeda, já que não conseguimos constituir uma amostra representativa, verificamos, tal como Baptista *et al.* (2013), que os produtores não mostram ter as características pessoais necessárias para implementação de CCA, tais como dinamismo, criatividade, vontade, capacidade de comunicação e de colaboração, nem as competências, como por exemplo, de liderança, colaboração, conhecimentos de gestão, *marketing*, administrativos, etc. Contudo, essas limitações podem se ultrapassadas pela união de todos os atores, pela participação e utilização

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

de todos os recursos humanos da comunidade e os que pretendam fazer parte da comunidade. Destaca-se, aqui, que consideramos ser importante aproveitar a tendência que se verifica de regresso à terra, em grande parte promovida pela possibilidade das novas tecnologias permitirem às pessoas trabalharem a partir de onde quiserem. Esta é uma oportunidade para cativar jovens, não só locais, mas também de outras partes de Portugal, que trazem consigo iniciativa, vontade, conhecimento nas variadas áreas e pretendem adquirir o saber fazer das pessoas locais com mais idade que se dedicam à agricultura.

De acordo com MAMAOT (2013), a atração e fixação de população pode passar por “parcerias para o desenvolvimento de circuitos curtos agroalimentares sendo estas oportunidades facilitadas pelas novas tecnologias de informação” (MAMAOT, 2013).

Por outro lado, verifica-se uma maior preocupação com a agricultura por parte das instituições mundiais e europeias, começando a surgir macropolíticas direcionadas para o desenvolvimento rural, local e sustentável. Contudo, estas não chegam a ser concretizadas a nível das micropolíticas. Consideramos que não há envolvimento nem tomada de decisão das instituições e das pessoas locais, sendo elas o ponto-chave para usufruir desta oportunidade, que esperamos não ser provisória. A reorganização e reorientação do desenvolvimento tem de ter a implicação e a união dos atores locais. A esse respeito, Dowbor (1996) aponta como a limitação da intervenção local, não só por fatores de ordem económica ditados a nível mundial e nacional, como também pela falta de recursos. Porém, o mesmo autor, considera que, apesar destes constrangimentos, os governos locais podem assumir algumas tarefas que contribuam para romper circuitos fechados, entre as quais a criação de condições ambientais; investir no homem dando formação básica e profissional a todos os cidadãos; intervir em sectores de grande efeito multiplicador, como a agricultura e o turismo; estimular novas formas de organização da produção; procurar novas formas de ajuda e cooperação, de modo a superar o assistencialismo tradicional que se encontra radicalmente ultrapassado e identificar oportunidades que possam despertar o interesse dos agentes económicos locais, etc.

Assim, terminamos esta discussão com a indicação e a sugestão da criação de CCA, destacando que estes se devem construir através de alianças baseadas nos benefícios individuais, mas também coletivos e ambientais. Só unindo forças é possível criar um sistema alternativo de produção e o consumo de alimentos, assente em critérios de proximidade, sustentabilidade e equidade (Soler & Calle, 2010), sistema que pode tirar a agricultura do concelho de Águeda do caminho da decadência e que pode, em muito, contribuir para o desenvolvimento do concelho.

## **Capítulo 4| Conclusão**

Para finalizar o longo processo que conduziu à realização da presente dissertação sobre os Circuitos Curtos Agroalimentares no concelho de Águeda, os CCA cativam cada vez mais a atenção das organizações internacionais e, por consequência, nacionais, já que são uma estratégia que pode dar resposta a muitos dos problemas que enfrentam as sociedades atuais, sejam eles económicos, sociais e ambientais. Por outro lado, instituições e pessoas, por todo o mundo, têm unido forças para o desenvolvimento das suas localidades, apostando no desenvolvimento dos CCA. Não menos importante é o interesse crescente dos investigadores por esta temática, que tem contribuído para o aumento e disseminação do conhecimento sobre os CCA. Porém, muito há a fazer, visto que o modelo de agricultura predominante é produtivista e o domínio do mercado é controlado pela indústria agroalimentar. Então, os CCA contrariam esta conjuntura sendo, portanto, imprescindível uma mudança de mentalidade que exige um grande esforço de organização, inovação, colaboração entre os atores locais.

Embora esta dissertação represente uma pequena contribuição, impõe-se realçar o que foi conseguido com a realização do presente trabalho e com a concretização dos objetivos. Assim, no que concerne ao primeiro objetivo - Compreender o que são os CCA e de que forma podem contribuir para o desenvolvimento local, rural e sustentável - este foi cumprido na fundamentação teórica desta dissertação. Embora exista uma pluralidade de definições dos CCA na literatura, entendemos os CCA como um método de comercialização de produtos agrícolas que é exercido quer pela venda direta do produtor ao consumidor, quer pela venda indireta, considerando que o intermediário pode ser uma cooperativa agrícola que comercializa diretamente ao consumidor ou uma feira que se abastece diretamente do produtor. Este método deve promover a diminuição da distância geográfica entre o local de produção e o local de venda e favorecer a relação entre produtores e consumidores.

Os CCA são uma estratégia que pode promover o desenvolvimento rural, local e sustentável, como comprovam os benefícios mencionados na literatura. A esse respeito, consideramos que os *standards* para conseguir investimento, motivar as pessoas e cativar jovens para o desenvolvimento dos CCA devem ser os do desenvolvimento rural, local e sustentável, que cada vez mais estão em foco em organizações mundiais e nacionais, mas também na sociedade em geral.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

As dificuldades que se enfrentam são muitas, porém, a nosso ver cabe às comunidades locais começarem a dinamizar e a investir nos CCA, e demonstrar os benefícios para o desenvolvimento do concelho, de forma a cativar ainda mais investimento e recursos humanos para seguir um caminho mais saudável, que promove a qualidade de vida das pessoas e contribui para a sustentabilidade do nosso planeta.

A investigação que realizamos permitiu-nos alcançar o segundo objetivo que se focava na avaliação do contributo dos CCA para o desenvolvimento do concelho de Águeda. Julgamos ter cumprido este objectivo, embora com algumas limitações. De acordo com o critério de número de intermediários, podemos afirmar que o circuito directo realizado entre o produtor e o cliente sem intermediários é o que melhor caracteriza os CCA do concelho de Águeda. Já de acordo com o critério de distância, as cadeias *face to face* são as utilizadas pela maior parte dos produtores. Porém, estes não são os únicos utilizados, já que os produtores revendem produtos nas feiras e fazem feiras noutros concelhos e distritos. Podemos, assim, concluir que no concelho de Águeda encontra-se uma pluralidade de CCA, sendo o circuito curto directo e o *face to face* os mais utilizados.

Concluindo, existe pouca diversidade nos canais de distribuição utilizados pelos produtores, destacando-se as feiras como o principal canal, seguido da venda na exploração e por encomendas a particulares. Todos canais utilizados são de distribuição tradicional e seculares.

A agricultura do concelho mantém-se por tradição familiar, sendo os benefícios apontados sobretudo de ordem pessoal (e.g. “ocupação de tempos livres”, “orgulho em produzir de forma convencional”) e de ordem social (“convivência”, “ocupação para as pessoas de idade”, “venda personalizada”). O benefício económico é quase irrisório, já que a maior parte dos produtores têm rendimentos que provêm de fora da exploração, resultando a atividade num “rendimento extra” e “uma forma de receber um preço justo pelo produto”. A lista de dificuldades apontada é extensa, destacando-se a concorrência das grandes superfícies (dificuldade apontada por 8 entrevistados), seguindo-se a concorrência desleal entre produtores (apontada por 5 entrevistados) e a falta de publicidade (apontada, igualmente, por 5 entrevistados). Contudo, acreditamos que os CCA podem mudar o cenário negativo e o declínio que vive a agricultura local, assim como colmatar muitas das dificuldades apresentadas, sendo a maior dificuldade a mudança de mentalidades. O nosso estudo demonstra que existe falta de confiança entre produtores, mas também entre instituições, pelo que é necessário promover o capital social (confiança entre as pessoas da comunidade) e a coesão social (unir os recursos existentes na comunidade). É, também, fundamental

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

que se substitua a competitividade pela colaboração e cooperação entre os atores locais. Formação, sensibilização e o apoio no desenvolvimento de CCA parece-nos ser um caminho indicado para reunir esforços, “arregaçar mangas” e contribuir para o desenvolvimento local e sustentável do concelho de Águeda.

Antes de terminar, consideramos ser extremamente importante referir os pontos fracos e os pontos fortes do trabalho, assim como dar sugestões para investigações futuras.

Começando pelos pontos fracos, mencionamos o número de produtores inqueridos. Agora, parece-nos mais indicada a estratégia de localizar as explorações agrícolas do concelho e procurar aplicar o inquérito na exploração, permitindo uma certa privacidade ao inquerido, obtendo mais honestidade nas respostas e, mais importante ainda, conseguindo que respondam a todas as perguntas. A nosso ver, este ponto, unido a outras fragilidades, tais como a falta de experiência de campo da investigadora e a falta de tempo, resultou em decisões que nem sempre foram as mais indicadas, como por exemplo, ao depararmos-nos com o problema dos produtores estarem a responder aquando efetuavam vendas, tal levou-nos a reduzir o questionário em tempo de resposta e retirar informação importante. Um outro exemplo foi a investigadora não ter insistido na resposta sobre os produtos que os produtores revendem na feira e a quem compram o produto, embora esta decisão tenha sido tomada pela compreensão de que o espaço feira não era o indicado para colocar esta pergunta, devido à competitividade e concorrência que existe entre os produtores, o que acabou por limitar o nosso estudo.

Assim, a nossa sugestão para futuros investigadores é que tenham em consideração as nossas dificuldades e procurem encontrar um espaço privado, como por exemplo, as explorações agrícolas, para inquirir os produtores.

Como pontos fortes, apontamos a capacidade de ultrapassar as dificuldades com que nos deparamos ao longo do processo e a habilidade na adaptação de estratégias para garantir um estudo rigoroso. Consideramos que a triangulação de dados, ou seja, a triangulação da teoria e dos resultados de entrevistas e questionários aplicados a diferentes atores locais é o ponto forte do nosso estudo, porque nos permitiu comprovar conhecimentos, caracterizar os CCA do concelho e esboçar um cenário da agricultura no concelho de Águeda.

O percurso de vários anos para terminar esta dissertação, foi um percurso de aprendizagem. Terminamos esta dissertação com o desejo que este trabalho contribua para inspirar os produtores e instituições locais do concelho de Águeda a desenvolver CCA. Que sensibilize e induza todos os que consultarem este trabalho a fazer uma reflexão séria sobre o tipo de desenvolvimento para o futuro. E esperamos,

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

igualmente, inspirar investigadores do concelho e de outros concelhos de Portugal, de forma a aumentar o conhecimento sobre os CCA, a partilhar experiências bem-sucedidas e/ou malsucedidas e encontrar estratégias e caminhos que nos conduzam ao desenvolvimento local e sustentável através do desenvolvimento rural.

## Referências Bibliográficas

- Alves, J. (2010, dezembro). A Terra no Limite. *Revista VEJA*. 24-27. Disponível em <http://ecoverdemt.com.br/arquivo/documentos/A%20terra%20no%20limite.pdf>
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento — Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70. doi:10.4000/cea.1573. Disponível em <https://journals.openedition.org/cea/1573>
- Amaro, R. (2009). Desenvolvimento Local. In A. Cattani, J.L. Laville, L. Gaiger, & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 108-113). Coimbra: Almedina.
- Aubry, C., & Chiffolleau, Y. (2009). Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. *Innovations Agronomiques*, 5, 53-67. Disponível em <https://www6.inra.fr/ciag/content/download/3569/35391/file/Vol5-5-Aubry.pdf>
- Balsadi, O. (2001). Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. *Perspectivas*, 15(1), 155-165.
- Baptista, A., Cristóvão, A., Costa, D., Guimarães, H., Rodrigo, I., ..., Pinto-Correia, T. (2013). Recomendações de Medidas de Política de Apoio aos Circuitos Curtos Agroalimentares: período de programação 2014-2020. ISA, UE, UTAD. Disponível em <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/I173-RELAT2XFINALXUVXCCAX30JULXV3.PDF>
- Barbosa, G. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, 4(1), 1-11.
- Burns, A., & Westmacott, A. (2018). Teacher to researcher: Reflections on a new action research program for university efl teachers. *Profile Issues in Teachers Professional Development*, 20(1), 15-23. Disponível em [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-07902018000100015](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-07902018000100015)
- Chaffotte, L., & Chiffolleau, Y. (2007). Vente Directe et Circuits Courts : Évaluations, Définitions et typologie. *Les cahiers de l'observatoire CROC*, 1-8. Disponível em [http://pm22100.net/docs/pdf/04\\_CC\\_VD/130128\\_Cahier\\_de\\_l\\_Obs1-INTERNET.pdf](http://pm22100.net/docs/pdf/04_CC_VD/130128_Cahier_de_l_Obs1-INTERNET.pdf)
- Chometon, M. (2011). Émergence et Registre D'action des Associations Pour le Maintien de L'agriculture Paysanne en Périurbain: Quel Lien au Territoire?. [Vertigo] *La Revue Électronique en Sciences de L'environnement*, 11(2). Disponível em

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

<https://www.erudit.org/en/journals/vertigo/2011-v11-n2-vertigo0119/1009355ar/abstract/>

Comité das Regiões (2011). Parecer do Comité das Regiões sobre Sistemas alimentares locais, *Jornal Oficial da União Europeia*, C 104. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:104:0001:0006:PT:PDF>

Comunidade Europeia (2019). *Statistical Factsheet*. Disponível em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/agri-statistical-factsheet-it\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/farming/documents/agri-statistical-factsheet-it_en.pdf)

Corade, N. & Blanc, P. (2015) (Dir). *Analyse des stratégies territoriales en faveur des c-circuits courts et de proximité en Aquitaine*. Sciences Agro Bordeaux [on-line]. Retrieved from <http://www.proximites-obs.fr/wp-content/uploads/sites/4/2016/01/strategies-territoriales-2014-2015-aquitaine.pdf>

Cordovil, F. (1997). Desenvolvimento Rural e Conservação do Campo (Working Paper N° 1997/07). ISCTE-IUL, Lisboa.

Costa, V., & Paulino, S. (1992). A Modernização da Agricultura e o Conceito de Módulo Rural. *Perspectivas*, 15, 121-141.

Cristóvão, A., & Tibério, L. (2009). Comprar Fresco, Comprar Local: Será que temos algo a aprender com a experiência americana? In L. Moreno, M. Sanchez, & O. Simões (Coord.), *Cultura, Inovação e Território - o Agroalimentar e o Rural* (pp. 27-34). Lisboa: SPER.

De Oliveira, G. (2002, maio). Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. *Revista da FAE*, 5(2), 37-48. Disponível em <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>

Dowbor, L. (1996). A Intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento. In S. Bava (Org.), *Desenvolvimento Local: Geração de Emprego e Renda* (pp. 29-44). São Paulo: Polis.

Eurostat. (2013). *European Social Statistics*. Luxembourg: Publications Office of the European. Disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3930297/5968986/KS-FP-13-001-EN.PDF/>

Eustáquio, J., & Alves, D. (2010). *A terra no limite*. Recurso on-line , 4 páginas. Disponível em [http://www.ecoverdemt.com.br/arquivo/documentos/A\\_terra\\_no\\_limite.pdf](http://www.ecoverdemt.com.br/arquivo/documentos/A_terra_no_limite.pdf)

Ferrari, D. (2011). *Cadeias Agroalimentares Curtas: A Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina* (Tese de Doutoramento não Publicada). Faculdade de Ciências Económicas. Porto

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

- Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do (s) conceito (s) de desenvolvimento. Um roteiro crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 113-144.
- Figueiredo, A. (2014). Desenvolvimento rural e empreendedorismo: estudos de caso (Dissertação de Mestrado em estudos de desenvolvimento não Publicada). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma Sugestão de Reformulação Conceitual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 23-51. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/26465062\\_Developing\\_Participative\\_a\\_suggestion\\_of\\_conceptual\\_reformulation](https://www.researchgate.net/publication/26465062_Developing_Participative_a_suggestion_of_conceptual_reformulation)
- Gliessman, S. (2000). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gonçalves, A. (2013). *La Performance des Organisations Logistiques des Circuits Courts de Distribution: une Analyse des Déterminants et Leviers D'amélioration* (Tese de Doutoramento não Publicada). Economies et finances. Lille : Université Lille.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2017). *Estatísticas Agrícolas -2017*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2017). *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas -2016*. Lisboa: INE.
- L'Institut D'Aménagement et D'Urbanisme – Île-de-France. (2017). Des Circuits Courts Durables? De L'utopie... À la Réalité. *Note Rapide*, 753, 1-4.
- Le Roy (1997). Les activités de service: une chance pour les économies rurales? Vers de nouvelles logiques de développement rural. Paris: L'Harmattan.
- Lendrevie, J., Lévy, J., & Lindon, D. (2006). *Mercator: Théorie et Pratique du Marketing*. Paris: Dunod.
- Martins, O. (2016). Desenvolvimento Local: Questões Conceituais e Metodológicas. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 1(1), 63-76. Disponível em <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570/607>
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território [MAMAOT]. (2013). *Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local* (Relatório Final). Lisboa: MAMAOT.
- Ministre de l'alimentation l'agriculture et de la pêche [MAAP] (2009). Rapport du Groupe de Travail Circuits courts de commercialisation. Disponível em [http://agriculture.gouv.fr/sites/minagri/files/documents/pdf/rapport\\_du\\_gt\\_circuits\\_courts0409.pdf](http://agriculture.gouv.fr/sites/minagri/files/documents/pdf/rapport_du_gt_circuits_courts0409.pdf)
- Niederle, P., Almeida, L., & Vezzani, F. (2013). *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós. ISBN 978-85-63806-16-1.

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2017). *World Population Prospects: Key findings & advance tables*. Disponível em <http://cort.as/-H-aj>
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura [FAO]. (1996). *The state of Food and Agriculture*. Rome: Italy. Disponível em <http://www.fao.org/3/w1358e/w1358e.pdf>
- Pires, R. G. (2017). A ocorrência da reciprocidade entre atores dos circuitos curtos de comercialização: o caso da Feira do Produtor do Município de Dom Pedrito-RS. Disponível em <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/4406>
- Pulido, S. (2017). *Atividades do Setor de Higiene e Segurança Alimentar numa Autarquia* (Tese de Doutoramento não Publicada) Faculdade de Ciências e tecnologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Rashid, T. (2011). Why it Matters: The Role of Academia in International Development. In T. Rashid, & J. Flanagan (Eds.), *International Development: Linking Academia with Development Aid Effectiveness* (pp. 1-12). Germany: Lambert Academic Publishing.
- Rede Rural Nacional [RRN] (2013). Circuitos Curtos Agroalimentares: produzir e consumir localmente, Revista em Rede, 3. Disponível em <http://www.rederural.gov.pt/images/emRede3.pdf>
- Rodrigues, J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável: Uma introdução Crítica*. Lisboa: Principia.
- Ruivo, P., & Carvalho, J. (2017). Gestão de Mercados de Proximidade – O desafio de Preparar o Caminho. *Revista da UIIPS*, 5(2), 71-77. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14501/10887>
- Sandroni, P. (1994). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Atlas.
- Santos, E., Braga, V., Souza, R., & Braga, A. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em debate*, 2(1), 44-61. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215>
- Santos, S. A. S., & Viana, A. S. (2015). Gerenciamento da cadeia de suprimentos- Supply Chain management a busca pela vantagem competitiva. *Interfaces Científicas-Exatas e Tecnológicas*, 1(1), 41-51.
- Scatolin, F. (1989). Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Dissertação de Mestrado em Economia. Porto Alegre: Universidade Federal do rio Grande do Sul.
- Soler, M., & Calle, A. (2010). Rearticulando desde la Alimentacion: Canales Cortos de Comercializacion em Andalucia. *PH Cuadernos*, 259-283. Disponível em <http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/canales.pdf>

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

- Teixeira, F. (2014). *Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal: estudo de casos* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa). Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/>
- Theys, J. (2006). O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração. *Eisforia*, 4 (nº especial), 179-198.
- Tibério, L. (2013). Sistemas agrolimentares locais e comercialização em circuitos curtos de proximidade. *Revista Rede Rural Nacional*, 3, 6-9. Disponível em [http://www.rederural.gov.pt/images/FolhasInformativas/SistemasAgroalimentaresLocaisComercializacaoCCA\\_1.pdf](http://www.rederural.gov.pt/images/FolhasInformativas/SistemasAgroalimentaresLocaisComercializacaoCCA_1.pdf)
- Tibério, L., Baptista, A., & Cristóvão, A. (2013). Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade. *Revista da Rede Rural Nacional*, 3, 1-6. Disponível em [http://www.rederural.gov.pt/images/FolhasInformativas/SistemasAgroalimentaresLocaisComercializacaoCCA\\_1.pdf](http://www.rederural.gov.pt/images/FolhasInformativas/SistemasAgroalimentaresLocaisComercializacaoCCA_1.pdf)
- Van Bellen, H. M. (2004). Sustainable development: presenting the main measurement methods. *Ambiente & Sociedade*, 7(1), 67-87.
- Van Der Ploeg, J., Renting, H., Brunori, G., Knichel, K., Mannion, J., Marsden, T., ... Ventura, F. (2000). Rural Development: From Practices and Policies Towards Theory. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 391-408. doi:10.1111/1467-9523.00156

## Webgrafia

### Websites de estatísticas

- Comissão Europeia. (2019). Disponível em [https://ec.europa.eu/agriculture/statistics/factsheets\\_en](https://ec.europa.eu/agriculture/statistics/factsheets_en)
- Eurostat. (2019). *Eurostat – Estatísticas Europeias*. Disponível em [https://ec.europa.eu/info/departments/eurostat-european-statistics\\_pt](https://ec.europa.eu/info/departments/eurostat-european-statistics_pt)
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2007) Disponível em: [https://ine.pt/bddXplorerer/htdocs/printable.jsp?id=gSyhYjBNG2u3Kf5rex9fgx5DrVW euLbW-eejD1pZ\\_7181&lingua\\_cd=PT](https://ine.pt/bddXplorerer/htdocs/printable.jsp?id=gSyhYjBNG2u3Kf5rex9fgx5DrVW euLbW-eejD1pZ_7181&lingua_cd=PT)
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2007) Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=320461359&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320461359&PUBLICACOESmodo=2)
- Pordata. (2019). *Pordata*. Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

Pordata. (2019). *Pordata*. Disponível em [https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Águeda+\(Município\)-232905](https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Águeda+(Município)-232905)

### **Websites sobre a caracterização do concelho de Águeda**

Agenda 21. (2019). *Águeda – Agenda 21 Local*. Disponível em <https://agueda21.wordpress.com/>

Camãra Municipal de Águeda. (2009). *Plano Diretor Municipal de Águeda – Revisão*. Disponível em [https://www.cm-agueda.pt/uploads/document/file/1232/6\\_Agricultura.pdf](https://www.cm-agueda.pt/uploads/document/file/1232/6_Agricultura.pdf)

Camãra Municipal de Águeda. (2019). *História*. Disponível em <https://www.cm-agueda.pt/pages/204>

Camãra Municipal de Águeda. (n.d.). Código Regulamentar do Município de Águeda. Disponível em [https://www.cm-agueda.pt/cmageda/uploads/document/file/947/C\\_digo\\_Regulamentar\\_do\\_Munic\\_pio\\_de\\_\\_gueda.pdf](https://www.cm-agueda.pt/cmageda/uploads/document/file/947/C_digo_Regulamentar_do_Munic_pio_de__gueda.pdf)

Desenvolturas e Desacatos. (2013). *Aldeias, Cidades e Vilas de Portugal – Águeda*. Disponível em <https://desenvolturasedesacatos.blogspot.com/2013/03/aldeias-cidades-e-vilas-de-portugal.html>

Visitar Portugal. (2011). *Águeda (concelho)*. Disponível em <https://www.visitarportugal.pt/d-aveiro/c-agueda>

Wikipedia. (2019). *Águeda*. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81gueda>

### **Website sobre a documentação relativa à PAC 2014 -2020**

PDR 2020. (2019). *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020*. Disponível em <http://www.pdr-2020.pt/Legislacao/Comunitaria>

### **Websites sobre informação relativa à PAC 2021 -2017**

EUR-Lex. (2013). *Regulamento (UE) N.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do concelho*. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=celex%3A32013R1308>

Gabinete de Planeamento e Políticas [GPP]. (2018). *PAC após 2020*. Disponível em <http://www.gpp.pt/index.php/pac/pac-pos-2020>

Parlamento Europeu. (2019). *Rumo à Política Agrícola Comum pós-2020*. Disponível

## **Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda**

em <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/113/rumo-a-politica-agricola-comum-pos-2020>

Rede Rural Nacional (s.d., On-line). <http://www.rederural.gov.pt/circuitos-curtos-agroalimentares/2016-06-01-13-34-25/beneficios-dos-cca>

*Website* consultado sobre benefícios e limitações dos CCA

## **Anexos**

### **Anexo 1: Consentimento Informado (Entrevista a participantes -chave)**

Eu \_\_\_\_\_ fui informado/a sobre os objetivos da tese de Mestrado intitulada “CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES: CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE ÁGUEDA”, a qual está a ser levada a efeito no nosso concelho.

Fui igualmente informado/a de que a informação recolhida será sujeita a tratamento absolutamente confidencial, não sendo, em caso algum, cedida a terceiros ou utilizada para outros fins, que não sejam o da presente investigação.

Com este propósito, concordei em participar voluntariamente na entrevista áudio-gravada.

Águeda,  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Anexo 2: Questionário aos produtores sobre o impacto dos Circuitos Curtos Agroalimentares**



**POLITÉCNICO DE COIMBRA**  
**ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA**

**INFORMAÇÃO SOBRE O QUESTIONÁRIO**

**Questionário aos Produtores sobre o Impacto dos Circuitos Curtos Agroalimentares.**

**Introdução e objetivo do estudo**

Com este questionário procura-se analisar o contributo dos CCA para o desenvolvimento do concelho de Águeda, do ponto de vista do produtor. A pesquisa é orientada pelo Professor Doutor Mário Jorge Sacramento do Santos e pela Mestre Rosa Isabel Marques Mendes Guilherme do Instituto Politécnico de Coimbra.

**Confidencialidade**

As informações recolhidas a partir desta pesquisa serão utilizadas na tese de mestrado intitulada "Circuitos Curtos Agroalimentares: Contributo para o desenvolvimento do concelho de Águeda". Toda a informação fornecida é confidencial (não lhe são solicitados dados pessoais, tais como o nome ou contactos) e será tratada em conjunto com outros questionários, garantindo-se assim a confidencialidade e anonimato de todos os dados. Por favor, responda de forma franca a todas as questões colocadas. Deve ainda sentir-se livre para interromper a sua participação a qualquer momento. Esta pesquisa é administrada pelo entrevistador e dura cerca de 10 minutos a ser concluída.

<b>A PREENCHER PELO/A ENTREVISTADOR/A</b>	
<b>DATA DE RECOLHA DE DADOS</b> _____	<b>REFERÊNCIA</b> _____
<b>LOCAL:</b> _____	

**I. INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS**

1. Idade \_\_\_\_\_
2. Sexo      1. Mulher     2. Homem
3. Nacionalidade: \_\_\_\_\_
4. Naturalidade: \_\_\_\_\_
5. Escolaridade: \_\_\_\_\_
6. Quantas pessoas vivem consigo? \_\_\_\_\_
7. Quantas pessoas da família trabalham na exploração?  
\_\_\_\_\_
8. . As pessoas que trabalham consigo na exploração têm formação na área agrícola?  
1. Sim      2. Não  
  
Se sim, de que tipo?  
\_\_\_\_\_
9. Algumas das pessoas que trabalham na exploração pertencem a alguma Associação de produtores ou cooperativa?  
1. Sim      2. Não  
  
Se sim,  
qual: \_\_\_\_\_
10. O rendimento do agregado familiar provém:  
1. Exclusivamente da exploração agrícola  
2. Maioritariamente da exploração agrícola  
3. Maioritariamente fora da exploração agrícola

**II. INFORMAÇÕES DA ATIVIDADE AGRÍCOLA**

11. Localização da exploração agrícola:  
\_\_\_\_\_
12. A sua produção garante-lhe a sua subsistência?      1. Sim      2. Não  
  
Se não, tem outras fontes de rendimento?      1. Sim      2. Não  
  
Se tem outras fontes de rendimentos, quais são?  
\_\_\_\_\_
13. Qual é a área total da exploração (onde produz os seus produtos)?  
\_\_\_\_\_



## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

16.3. Diversificar a oferta? \_\_\_\_\_

16.4. Desenvolver atividades complementares? \_\_\_\_\_

16.5. Candidatar se a medidas de apoio? \_\_\_\_\_

16.6. Vender os seus produtos na internet? \_\_\_\_\_

### III – BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA ATIVIDADE

**17. Quais as dificuldades que encontra na venda dos seus produtos?**

---

---

---

---

---

---

---

**18. Quais os benefícios que encontra na venda dos seus produtos?**

---

---

## Circuitos Curtos Agroalimentares: concelho de Águeda

### Anexo 3: Guião de entrevista aos participantes privilegiados do concelho de Águeda

Entrevistadora:

Local:

Data:

Duração:

Instituição:

Domínios	Objetivos	Questões
<b>Legitimação da entrevista</b>	Informar o/a entrevistado/a sobre os objetivos da investigação Informar sobre os aspetos éticos e deontológicos a ter em conta na realização da entrevista (preenchimento do consentimento informado; garantia da confidencialidade dos dados; direitos à não resposta; esclarecimento de dúvidas). Agradecer a disponibilidade.	Antes de prosseguirmos com a entrevista tem alguma dúvida que queira esclarecer?
<b>Incentivos à agricultura local e aos CCA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender quais os incentivos à agricultura local aos CCA.</li> <li>Identificar CCA no concelho de Águeda.</li> </ul>	Para além das feiras organizadas pela Câmara Municipal de Águeda conhece outros eventos e organizações que promovam os CCA (venda dos produtos agrícolas diretamente pelos produtores ou com um intermediário) no concelho de Águeda? Quais? (pode dar-me uma lista).
		A Direção Geral da Agricultura Regional promove o desenvolvimento dos circuitos curtos agroalimentares no concelho? De que forma?
		A instituição que representa tem algum incentivo para apoiar a agricultura local? Quais?
		Alguns desses incentivos apoiam direta ou indiretamente o desenvolvimento de circuitos curtos agroalimentares? Quais?
<b>Feiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender a organização e funcionamento das feiras promovidas pela Câmara Municipal de Águeda.</li> <li>Identificar os CCA presentes na feira e a sua tipologia.</li> </ul>	Quais são os regulamentos, que definem condições de comercialização e garantem a sua qualidade dos produtos vendidos nas feiras?
		De forma geral, quem vende na feira? São os próprios produtores, vendedores ou ambos? Em termos de percentagem qual a percentagem aproximada de produtores versus vendedores?
		Na sua opinião, quais são as características principais dos produtores?
		A quem os vendedores compram os produtos? Se conseguir quantificar em percentagem agradecia. Diretamente aos produtores A cooperativa A associações Outras. Quais?
		Pode descrever-me como funciona a distribuição dos produtos? Quem transporta os produtos até à feira?
<b>Benefícios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender de que forma o concelho de Águeda beneficia com as feiras organizadas pela Câmara Municipal. A nível social, económico, ambiental.</li> <li>Identificar os benefícios para os produtores e consumidores.</li> </ul>	Na sua opinião, de que forma beneficia o concelho de Águeda das feiras organizadas pela câmara? Sociais   Económicos   Ambientais.
		E quais são os benefícios para produtores e consumidores?
<b>Dificuldades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar dificuldades na organização e funcionamento das feiras e dos produtores.</li> </ul>	Quais são as principais dificuldades que enfrentam na organização e funcionamento das feiras?
		Quais são as principais dificuldades que enfrentam os produtores e vendedores?